

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS SOCIAIS**

Micaela Albetini Pereira Gomes

**VIVÊNCIA DAS MULHERES DO QUILOMBO DO IMBÉ, ISOLAMENTO
SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19.**

Campos dos Goytacazes 2022.

Micaela Albertini Pereira Gomes

**VIVÊNCIA DAS MULHERES DO QUILOMBO DO IMBÉ, ISOLAMENTO
SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19.**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa De Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Catherine Reginensi

Campos dos Goytacazes, 2022.

**VIVÊNCIA DAS MULHERES DO QUILOMBO DO IMBÉ, ISOLAMENTO
SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19.**

MICAELA ALBERTINI PEREIRA GOMES

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em Políticas Sociais.

APROVADA EM: 25/04/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Odile Elise Augusta Reginensi, Caterine (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF/PPGPS)

Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz
Departamento de Ciências Sociais (UNIRIO)

Profa. Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Lilian Sággio Cezar
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF/PPGPS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força em cada minuto quando a vontade de desistir era maior que a de continuar.

Aos meus pais, pelo incentivo de me fazerem estudar sempre, em todos os momentos e etapas da minha vida.

Aos meus filhos, Vítor e Laura, por me enxergarem como exemplo de nunca desistir de um sonho e de acreditar que o estudo ainda é uma realidade possível em nosso país para grandes conquistas.

A Mariana Roza Leonardo, minha amiga, que esteve ao meu lado durante todo processo de estudo, prova, aprovação nesses dois anos de mestrado. Juntas vencemos. A você, meu carinho e respeito.

A minha querida orientadora, Dra. Caterine Reginensi, pelo seu tempo, pela sua paciência e pelo seu carinho dedicados a mim. Agradeço muito por tudo, todo aprendizado construído. Serei eternamente grata.

À comunidade de Conceição do Imbé, que sempre me recebeu com carinho. Obrigada pela confiança no meu trabalho e disponibilidade de tempo para me contarem histórias, mesmo em um momento tão delicado da vida de vocês.

Um agradecimento especial a Mara, a agente comunitária de saúde, que tornou possível todo este trabalho. Você foi responsável por viabilizar meu contato com as pessoas, no meio da pandemia, com todas as dificuldades que um isolamento social traz para uma sociedade.

Agradeço a Rosilda, Joadelina, Edelci, Elza, Jasélia, Zenita, Gracilane, Benedita, Rafaela e Tubarão do Imbé pela recepção e generosidade. Também, pelas tardes com bolo, café, frutas, tapioca e muita prosa.

Enfim, a todos que, de alguma forma, torceram para que esse momento se concretizasse na minha vida.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo verificar o impacto do isolamento social, das mulheres da comunidade do quilombo de Conceição do Imbé, no período da pandemia da covid-19, tanto nas relações familiares, quanto no ambiente de trabalho e social. Será analítico explicativo, cabendo entender a relação entre causa e efeito, descrevendo suas experiências. Exploratório para compreender em quais circunstâncias as mulheres sentiram necessidade de mudar seus hábitos na rotina da casa e quais fatores foram relevantes e definitivos como consequência da pandemia. É o resultado de uma pesquisa iniciada em 2019, cujo objetivo foi compreender as experiências de mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas. O objetivo é procurar entender, no contexto da pandemia da covid-19, como as mulheres negras, remanescentes de um quilombo localizado na área rural de Campos dos Goytacazes, RJ, estariam enfrentando um momento de isolamento social, por causa de uma doença desconhecida, que poderia causar a morte. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e exploratória. Os primeiros elementos resgatados junto com as mulheres, por meio de observações, entrevistas semiestruturadas e produção de imagens e vídeos indicam não somente que essas mulheres não têm medo dos desafios e imprevistos, mas também que a pandemia mostrou a elas o quanto são capazes de se reinventarem. Estarem isoladas, distantes e sem recurso não foi suficiente para se acomodarem e usarem essa situação para se vitimizarem. Dentro desse contexto, o contato de forma pessoal só foi possível depois que as vacinas foram liberadas no território do Imbé, e o período de flexibilização foi autorizado pelo poder público municipal. A ponte que possibilitou que as entrevistas acontecessem foi a agente comunitária de saúde local, Rosemara, que viabilizou na comunidade todos os trâmites para que a visita se realizasse, seguindo todos os protocolos de segurança, exigidos pelo Ministério da Saúde. Foram entrevistadas dez mulheres, com histórias e perspectivas da pandemia muito peculiares e diferentes.

Palavras-chaves: impactos do Isolamento; covid-19; quilombo; mulheres.

ABSTRACT

This dissertation aims to verify the impact of social isolation, of women from the quilombo community of Conceição do Imbé, in the period of the Covid-19 Pandemic, both in family relationships and in the work and social environment. It will be analytical and explanatory, and it is important to understand the relationship between cause and effect, describing their experiences. Exploratory to understand in which circumstances women felt the need to change their habits in the household routine and which factors were relevant and definitive as a result of the pandemic. It is the result of a research started in 2019, whose objective was to understand the experiences of quilombola women within the scope of public policies. The objective is to try to understand, in the context of the covid-19 pandemic, how black women, remnants of a quilombo located in the rural area of Campos dos Goytacazes, RJ, would be facing a moment of social isolation, because of an unknown disease, that could cause death. The research is characterized as qualitative and exploratory. The first elements rescued together with the women, through observations, semi-structured interviews, production of images and videos, indicate that these women are not afraid of challenges and unforeseen events and the pandemic has shown how much they are capable of reinventing themselves. Being isolated, distant and without resources was not enough to accommodate and use this situation to victimize themselves. Within this context, personal contact was only possible after the vaccines were released in the territory of Imbé, and the period of flexibility, authorized by the municipal government. The bridge that made it possible for the interviews to take place was the local Community Health Agent, Rosemara, who made it possible in the community for all the procedures for the visit to be carried out following all the safety protocols required by the Ministry of Health. Ten women were interviewed, with stories and a perspective on the pandemic and life in a very peculiar and different way.

Keywords: Isolation impacts; Covid-19; Quilombo; Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Campos com seus Distritos.....	14
Figura 2 - Mapa de Morangaba/Conceição do Imbé	29
Figura 3 - Unidade Médica de Saúde.....	30
Figura 4 - - Ação comunitária do PAAQ. em Conceição do Imbé	56
Figura 5 - Agente comunitária de saúde Rosemara	56
Figura 6 - R. com a agente comunitária de saúde	63
Figura 7 - R. , trabalha com plantas medicinais.....	63
Figura 8 - Dona Joadelina Tapioqueira	65
Figura 9 - Confeção da tapioca	66
Figura 10 - Empresa Rocha do Imbé.....	67
Figura 11 - E. Empresária.....	67
Figura 12 - D. Empreendedora	68
Figura 13 - - Comércio de D.....	69
Figura 14 - Mariah Filha de G.	75
Figura 15 - Mara, agente comunitária de saúde, com Micaela.....	76
Figura 16 - A ACS Mara em ação do PAAQ	77
Figura 17 - Dona Z., Cozinheira	78
Figura 18 - G., filha de dona Z.	79
Figura 19 - Coleta de lixo pública.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Reconhecimento de Terra.....	26
Tabela 2 - Linha do tempo da covid-19 no Brasil	43
Tabela 3 - Boletim Coronavírus - 30/11/2020.....	45
Tabela 4 - Boletim Coronavírus - 02/01/2021.....	45
Tabela 5 - Boletim Coronavírus – 01/04/2021	46
Tabela 6 - Boletim Coronavírus – 07/04/2021	47
Tabela 7 - Boletim Coronavírus – 07/07/2021	48
Tabela 8 - Boletim Coronavírus – 02/09/2021	49
Tabela 9 - Boletim Coronavírus – 13/11/2021	50
Tabela 10 - Entrevista 1º dia	90
Tabela 11 - Entrevistas 2º dia.....	90
Tabela 12 - Entrevistas 3º dia.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	12
1. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA HISTÓRIA DA REGIÃO DE CAMPOSDOS GOYTACAZES.....	13
1.1. Escravizados e a Formação dos Quilombos:	16
1.2. A luta quilombola pelo direito à terra	18
1.3. Quilombos Campistas; Aleluia, Batatal, Cambucá e Imbé:	28
CAPÍTULO II.....	32
2. A PANDEMIA DA COVID-19: NO MUNDO E NO BRASIL.....	32
2.1. A Pandemia em Campos dos Goytacazes:	44
2.2. Políticas Públicas: Auxílio Emergencial	51
2.2.1. Quilombo no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA):	52
2.2.2. Projeto de Assistência aos Assentados e Quilombolas (PAAQ):.....	54
2.2.3. Vacina	56
CAPÍTULO III	59
3. A EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO E A LUTA DAS MULHERES QUILOMBOLAS EM TEMPO DE PANDEMIA. O QUE SE DEVE ENTENDERPOR ISOLAMENTO SOCIAL?	59
3.1. As mulheres do Imbé e o cotidiano antes e durante a pandemia do coronavírus:.....	61
3.1.1. Rotina da casa: relatos e fotos	73
3.1.2. Rotina do trabalho: relatos e fotos	76
3.1.3. Na saúde:	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXO I: Instrumentos de coletas de dados	87
ANEXO II: Quadro esquemático das mulheres entrevistadas no Imbé.....	90
ANEXO III: Fichas	92

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a rotina das mulheres moradoras do quilombo do Imbé surgiu da vontade de entender, no contexto da pandemia da covid-19, como elas, remanescentes de um quilombo localizado na área rural de Campos dos Goytacazes, RJ, enfrentavam um momento de isolamento social, por causa de uma doença que poderia causar a morte: a covid-19.

O trabalho foi realizado por meio de entrevistas interativas, depois de um longo período de espera de autorizações do poder público para liberar o mínimo de contato interpessoal e disponibilizar, com políticas públicas, todas as vacinas para essa população. O contato só foi possível com o auxílio da agente comunitária de saúde, Mara, na Unidade Básica de Saúde de Conceição do Imbé. Por ser conhecida e muito querida na localidade, pôde viabilizar alguns encontros com diversas mulheres que traziam, em suas histórias, memórias muito interessantes.

O tema escolhido se faz extremamente relevante, à medida que analisa parte de uma população que já se encontra vivendo em isolamento geográfico, com a distância entre o lugar em que reside e o centro da cidade de Campos. A relevância também é justificada diante da possibilidade de compreender como as políticas públicas foram aplicadas nesse grupo de remanescentes quilombolas - principalmente como impactaram a rotina das mulheres.

O objetivo é detectar e entender as consequências ou dificuldades a que foram submetidas, como demissões, falta de informação, fechamento da Unidade Básica de Saúde, crianças fora da escola, falta de transporte público nesse período e, até mesmo, como alguns se reinventaram e viram na pandemia uma forma de motivação para melhorar a renda familiar e descobrir novos trabalhos.

A experiência desse momento não foi igual para todos. As diferenças e a forma como cada uma ressignificou a situação tornam este trabalho extremamente importante. Com ele foi possível desmistificar a realidade de igualdade, nessa comunidade quilombola.

A metodologia inicial era fazer os contatos e entrevistas pelo telefone e Whatsapp. Tal realidade não logrou na prática pela dificuldade que a localidade do Imbé tem com a má qualidade do sinal de internet. Por esse motivo, houve necessidade de esperar até julho de 2021, para que a primeira visita de campo acontecesse e as entrevistas fossem realizadas. As mulheres foram selecionadas pela agente comunitária de saúde, Mara, devido à confiança que existe em seu trabalho nessa comunidade. Todas as mulheres são maiores de 18 anos, com experiências de vida bem diferentes uma das outras com relação a trabalho e relações familiares. Tudo foi

gravado e filmado com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados. À proporção que a conversa se estabelecia, era criado um ambiente de confiança e muita naturalidade.

O território é muito acolhedor e também habitado por pessoas jovens com pouca memória do que realmente é ser um remanescente quilombola. Fica claro que as gerações não mantiveram sua cultura tão viva com o tempo. Porém, mesmo com toda a modernidade, que possa ter invadido um território tão rico de história e cultura, as mensagens e histórias de vida relatadas deixam clara a vasta experiência que se choca com a realidade de uma população genuinamente rural.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia do novo coronavírus. Onze dias depois, a primeira mulher vítima da covid-19 morria no Brasil. Era uma trabalhadora doméstica de 63 anos, hipertensa e diabética. Trabalhava e morava em Miguel Pereira, cidade serrana, próxima ao Rio de Janeiro. A quarentena para toda a população carioca foi decretada pelo prefeito Marcelo Crivella (Republicanas) no mesmo dia e a partir disso, começou a valer, na terça-feira, dia seguinte aos 24 de março, o decreto.

Em julho de 2020, fui a campo, sozinha, para reconhecimento do território, porém ninguém pôde me receber. Aproveitei esse momento para registrar com fotos as casas, estradas e comércios.

As poucas pessoas que circulavam pelas ruas não usavam máscaras e mantinham uma rotina, aparentemente, normal de um lugar rural. A boiada era tocada com moto. Alguns jovens estavam no campo de futebol usando celular e havia uma tranquilidade típica de um lugar distante do centro urbano.

As estradas estavam em péssima conservação- muito buraco, apesar de haver asfalto na rua principal. As casas eram bem distantes uma das outras.

Nesse período, meu único contato foi com a agente comunitária de saúde, Mara, que trabalha na Unidade Básica do Imbé, que fechou em 14 de março de 2020, por causa da pandemia e que, até o presente momento, encontra-se fechada. As pessoas que ela me indicava para entrevistar tiveram muita dificuldade de se comunicar comigo e, por isso, não demos continuidade com essa forma de relação.

O primeiro contato interpessoal só pôde ser realizado após a vacinação da população. Mesmo assim, ocorreu com muita restrição – distanciamento social, uso de máscara, uso de álcool em gel. Depois de muito marcar e remarcar, conseguimos organizar a pesquisa de campo para fazer as entrevistas em julho de 2021. Todas as entrevistas duraram menos do que eu gostaria, em respeito ao momento por que todos passavam. Mesmo diante disso, não ocorreu

a perda da fidelidade e naturalidade.

Em 27 de julho de 2021, foram realizadas cinco visitas, todas em companhia da ACS, Mara. Nesse momento, a população permitiu minha presença na comunidade com muita restrição embora eu já tivesse tomado as duas doses das vacinas (11/02/21 e 13/05/21) e a população também estivesse vacinada. Todos os cuidados foram adotados - distanciamento uso de máscaras, álcool em gel. Toda a entrevista e visita só aconteceram com a permissão dos familiares. Contudo, mesmo com todas as dificuldades, fui muito bem recebida. As pessoas queriam conversar e contar suas histórias. Foram muitos meses de total isolamento, sem contato com outras pessoas que não fossem da própria família. Com isso, muitos me relataram que minha presença era uma novidade bem vinda. Em alguns momentos minha história parecia ser a protagonista e tínhamos que ter cuidado para reverter a situação.

Nesse primeiro dia, tive a oportunidade de conhecer cinco mulheres com personalidades completamente diferentes. Apresentaram-me relatos de experiência enriquecedora, dentro de um universo aparentemente simples e, ao mesmo tempo, tão surpreendente.

Dentro da metodologia de entrevista, cada participante assinava um termo de consentimento livre e esclarecido, com a autorização do uso de imagem, voz e nome, já que todas as entrevistas foram filmadas com celular e fotografadas. Além desses termos, foram preenchidos dois cadastros, um individual, com dados personalizados e outro com dados do domicílio e do território. Os cadastros são os mesmos usados pelo Ministério da Saúde- cadastro de visita domiciliar e cadastro individual, por intermédio da Estratégia Saúde da Família quando cadastra os territórios em suas microáreas. Todas as fichas de cadastros domiciliares e individuais, assim como os termos de consentimentos livres e esclarecidos e os termos de autorização de uso de imagem, voz e nome estão no ANEXOIII.

Em 28 de julho de 2021, foi dada continuidade aos encontros, porém nesse dia faleceu uma pessoa muito querida da comunidade e meus planos foram alterados, pois as pessoas foram prestigiar a família no velório e no enterro. Só foi possível entrevistar quatro mulheres.

O segundo dia de entrevista começou com muita chuva e o cancelamento de algumas pessoas em função do ocorrido, mas, mesmo assim, não desistimos e fomos ao encontro de algumas histórias sensacionais que nos surpreenderam pela riqueza de detalhes.

Os traços fortes dos antepassados escravos, ainda, são marcas em muitas mulheres. Isso se faz presente, principalmente na força do trabalho braçal. A forma como muitas se comunicavam também impressionava pela fala articulada, inteligente e coerente. Uma visão realista da vida de forma sustentável, que muitos na área urbana tentam, através de teorias, implementar, e elas simplesmente já fazem e entendem de forma muito óbvia.

A dissertação discute, no primeiro capítulo, por meio de revisão bibliográfica, sobre as comunidades quilombolas na história da região de Campos dos Goytacazes, no contexto da escravidão, da formação dos quilombos, da luta quilombola pelo direito à terra e dos quilombos Campistas de Aleluia, Batatal, Cambucá e de Comceição do Imbé.

No segundo capítulo, foi importante pontuar e contextualizar a pandemia da covid-19 no mundo, no Brasil e em Campos dos Goytacazes, onde o Imbé está localizado. Foi colocado de que forma as políticas públicas, como o auxílio emergencial, podem ajudar as famílias. Também foi refletida a atuação do PAAQ na comunidade, o que o QUIPEA levou de ação para o quilombo e sua atuação. A importância da vacina para que a volta da rotina pudesse ser possível.

O terceiro capítulo foi dedicado às entrevistas das mulheres quilombolas do Imbé, relatos de casos, das rotinas domiciliares, no trabalho e na saúde. Os instrumentos usados foram às fichas de cadastro do Ministério da Saúde. O roteiro de entrevista foi desenvolvido pela autora junto à orientadora.

A pesquisa de campo foi realizada dentro das normas de segurança e com as autorizações assinadas, depois do período de vacina realizada, com as famílias mais seguras para receberem visitas.

CAPÍTULO 1

1. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA HISTÓRIA DA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O Brasil, com sua exponencial concentração de renda e a crescente desigualdade social, aponta que grande parte da história de nosso país foi construída pelos negros, por meio do trabalho escravo e da exploração de mão de obra. A classe subalterna vê-se cotidianamente influenciada por diferentes costumes, substituindo sua cultura e sua religião tradicional, por uma cultura e uma religião claramente ocidental. “Como consequência da escravidão negra africana, o Brasil tornou-se a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África” (SILVA; SILVA, 2014).

Nessa conjuntura, está a história da cidade de Campos dos Goytacazes. O nome da cidade faz referência aos **campos** dos índios **Goytacazes** (termo que, trazido para o português, pode significar “corredores de mata” para uns ou “índios nadadores” para outros). Seja qual for o significado, eles faziam parte da capitania de Pero de Góis da Silveira. Conforme consta na Carta de Doação de 28 de agosto de 1536, passa-se em um cenário onde os negros escravizados que trabalhavam nas grandes usinas de cana-de-açúcar posteriormente se agruparam em quilombos, em uma tentativa de sobrevivência que permanece até os dias atuais em comunidades que ainda lutam pelo direito a terra, educação, saúde e trabalho digno.

A cidade de Campos dos Goytacazes, *locus* desta pesquisa, é um município do interior do estado do Rio de Janeiro e teve, em 2021, uma população estimada em 514.643 mil habitantes, segundo o IBGE. Tornou-se conhecida por seu histórico escravista. Foi a última cidade do Brasil a abolir a escravatura e a primeira a ter luz elétrica na América Latina. Atualmente, Campos têm 14 distritos e mais de 150 bairros.

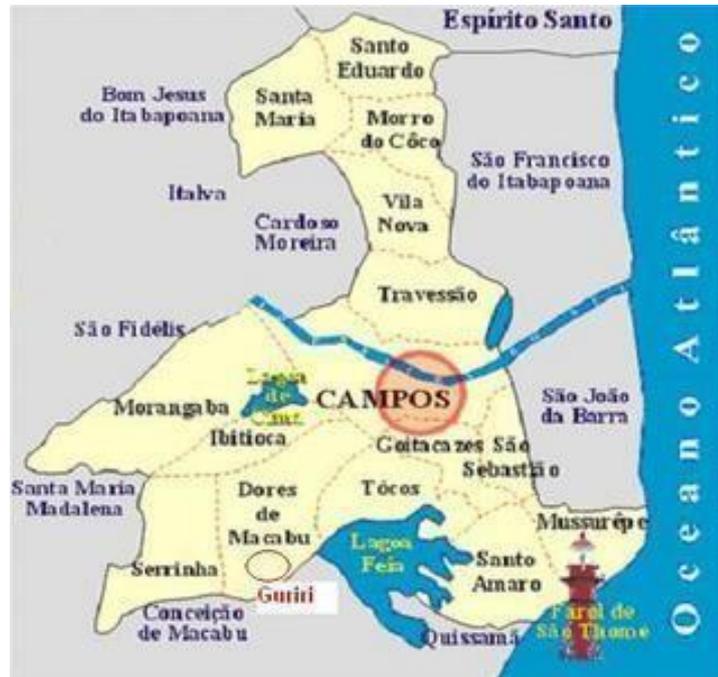


Figura 1 - Mapa de Campos com seus Distritos

Fonte: Blog Roberto Moraes

A região de Campos já concentrou o maior contingente de pessoas escravizadas do Estado do Rio de Janeiro, com 60% da população escrava trabalhando nos engenhos de cana-de-açúcar da região, onde, no final do século XVIII, existia grande visibilidade política por causa da estabilidade econômica e social em função da produção de cana-de-açúcar. A economia do açúcar mudou com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos em 1977 e passou a ser uma das maiores receptoras de royalties do petróleo do país.

O município de Campos dos Goytacazes foi fundado em 28 de março de 1835. As terras dos índios goytacazes começaram a ser colonizadas pelos portugueses em 1627, com a chegada dos "sete capitães". Pertenceu à capitania de São Tomé e se tornou, 50 anos depois, no dia 29 de maio, a Vila de São Salvador dos Campos. Em 1833, foi criada a Comarca de Campos, e, em 28 de março de 1835, a vila foi elevada à categoria de Cidade com o nome de Campos dos Goytacazes, dando início ao progresso na região.

Com a chegada dos portugueses, em meados do século XVI, iniciou-se uma luta com grupos indígenas da etnia Goitacá. Em 1650 foi implantado o primeiro engenho em solo campista e Visconde d'Asseca funda a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes em 1677 em que ocorre uma grande expansão pecuária. Em 1750 ocorre a queda dos Assecas, e a cana-de-açúcar começa a expandir nos grandes latifúndios.

Em 1830, o processo de produção do açúcar alavanca com a chegada do primeiro engenho a vapor na região, onde, mais tarde, é elevada ao nome de cidade.

O trecho Campos-Goytacazes com ferrovia foi inaugurado em 1837 e em seguida o trecho Norte-Sul também foi, o que facilitou a circulação comercial, colocando o município no centro da região ferroviária.

Em 1877, inicia-se o processo de urbanização das áreas centrais com a implantação de Usinas nessas localidades. A partir desse momento, a cidade entra em processo de desenvolvimento de medidas de saneamento básico, por intermédio da construção de uma rede de esgoto e abastecimento de água. (Litoral Norte/Costa Doce do Estado do Rio de Janeiro, 1999).

A cidade de Campos é considerada a segunda cidade do Brasil em arquitetura eclética. Os Solares, originários do Ciclo Áureo do Açúcar, têm sua importância histórica.

A cana-de-açúcar marcou a gastronomia local, tornando os doces uma fonte de renda na economia, fazendo-se conhecer pelo nome de Papa-goiaba, por causa da goiabada cascão. Outros doces que se destacam até os dias atuais são os churros, baba-de-moça, fio-de-ovos, quindins, bombucados e melado.

A cidade preserva a livraria mais antiga do Brasil, a Livro Verde, que, em 2021, completou 177 anos em atividade. Ela teve o terceiro jornal mais antigo do Brasil, O Monitor Campista, encerrado em 2009.

É cidade de grandes figuras públicas que se destacaram nacionalmente como o Imperador D. Pedro II que visitou Campos por quatro vezes, o Presidente da República Nilo Pessanha.

“Em 1995, sete anos após a promulgação da Constituição Federal, a Comunidade Boa Vista no Alto Trombetas, nas mediações da Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná, que foi o primeiro quilombo brasileiro reconhecido a ser conforme o Artigo 68 das Disposições Transitórias da nova magna carta de 5 de outubro de 1988”. (ARENZ, 2018).

Segundo Lucimara Muniz, presidente do Instituto de Desenvolvimento Afro Norte Noroeste Fluminense (ADANNF), em 2017, são 18 comunidades Quilombolas. Campos tem a maior concentração desses núcleos em todo estado, que possui 43 ao todo. Seis já obtiveram reconhecimento, enquanto 12 continuam aguardando. Nas comunidades de Aleluia, Batatal e Cambucá, há 175 famílias. Em todo o município, há cerca de dois mil quilombolas. No país, são aproximadamente 2,5 mil comunidades. (CORDEIRO, 2017).

No Rio de Janeiro, existem 43 comunidades quilombolas, e apenas sete eram reconhecidas em Campos. SPaulo Honorato, presidente do sindicato e representante dos quilombos de Aleluia, Batatal e Catmbucá, destacou que o documento de reconhecimento faz parte de uma luta antiga do grupo, fortalecida nas reuniões realizadas pelo sindicato.

Para Lucimara Muniz, campista representante do CONAQ, o processo passou por análise da Fundação Zumbi dos Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Essas comunidades já são reconhecidas de fato. Hoje elas estão sendo reconhecidas por direito”. Disse Lucimara. Existem, ainda, 12 comunidades em Campos que aguardam pelo documento, que tramita em Brasília.

Essa foi a entrega do documento de reconhecimento as comunidades quilombolas Sossego e Lagoa Feia. (FELIPE, 2017)

O ciclo da cana-de-açúcar no Brasil é o segundo maior na economia do país e guiava também a economia portuguesa nos séculos XVI a XVIII, estimulando o povoamento das colônias pelo litoral, pois o solo brasileiro era ideal para o cultivo da cana. Havia um alto valor em seu produto final, o açúcar, para o mercado internacional, gerando muito lucro na exportação para Europa.

Segundo Silva, (2008), a cana foi trazida de Portugal por Martim Afonso de Souza, tendo seu cultivo iniciado em São Vicente, em 1533, quando foi montado o primeiro engenho no Brasil. O litoral do Nordeste foi uma localização perfeita para o plantio e escoamento da produção através dos navios.

Inicialmente a mão de obra era indígena, escravizadas pelos portugueses, que não teve muito logro, pois os mesmos conheciam muito bem a terra e o território, sendo alvo fácil de fugas e muitos morreram por doenças. A mão de obra foi substituída pela escrava negra africana. No engenho, morava o Senhor do Engenho, dono das terras e de sua produção, na Casa Grande, considerada a sede da fazenda. Os escravos se alojavam nas senzalas, um lugar geralmente insalubre e precário. No local também existia uma capela e a moenda, onde o açúcar era produzido. Os holandeses invadiram e ocuparam Pernambuco em 1630, em busca desse mercado, porém foram expulsos pelos portugueses e indígenas. Assim, a supremacia holandesa enfraquece a economia açucareira brasileira, à medida que eles fortalecem o mercado europeu nas Antilhas, e um novo ciclo econômico no Brasil se inicia em Minas Gerais, com a descoberta do ouro. (SILVA, 2008).

1.1. Escravizados e a Formação dos Quilombos:

O tráfico negreiro de 1550 a 1855 trouxe para o Brasil, principalmente para

Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aproximadamente, quatro milhões de negros africanos, em sua maioria jovens masculinos, que faziam parte de dois grandes grupos étnicos: os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim, e os bantos capturados no Congo, Angola e Moçambique. (NEGREIRO, 2022)

Historicamente, no período da escravidão no Brasil (séculos XVII e XVIII), os negros que trabalhavam em regime de escravidão, viviam na eminência de conseguirem fugir daquela realidade desumana de exploração, para que pudessem viver com suas famílias e conterrâneos de maneira mais livre, justa e saudável. Sempre que podiam, organizavam suas fugas para lugares mais seguros e escondidos, de difícil acesso, junto com seus companheiros. Os conflitos foram marcados por rebeliões e muitas mortes. Segundo João Reis e Flávio Gomes (1996), “onde houve escravidão, houve resistência”.

O lugar que acolhia os negros foragidos, chamava-se quilombo, “o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantos (kilombo, em português Quilombo)” Munanga, (1996). Ali eles podiam levar uma vida de preservação de suas culturas de matriz africana, cultivavam a terra para plantio e colheita que sustentavam a todos que ali se viviam. Assim, em 1740, o Conselho Ultramarino definiu o conceito de quilombo como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (MOURA, 1981).

Outro significado para quilombo também se “apresentaria como as principais características da resistência escrava. Devido aos castigos e maus-tratos, escravos o primeiro conceito de quilombo seria de” um espaço distante e de difícil acesso exatamente para que os negros não fossem encontrados facilmente pelo capitão do mato, que os caçaria a troco de recompensas oferecidas pelos “senhores”, que consideravam os escravizados como sua propriedade e os queriam de volta vivos ou mortos. (REIS,1996)

Arruti (2006), em sua obra *Mocambo: antropolgia e história do processo de formação quilombola*, traz contribuições importantes para a temática dos “remanescentes quilombolas”. A obra resultou de reflexões “realizadas diante da pressão política das demandas sociais e das formulações e reformulações jurídicas e administrativas sobre a questão” (p.27). Entre as dificuldades da utilização de procedimentos metodológicos apropriados, está a realização do que chama de “etnografia nômade”, a qual consiste em buscar apreender o objeto nos contínuos fluxos (reuniões, festividades, documentos etc.) que atravessam tais grupos e os ligam a agentes e fenômenos encontrados em locais, escala e termos diversificados e que estão intimamente associados ao próprio processo de constante (re) definição identitária de tais “comunidades”. (p.38)

A “reconstituição do passado” para manter uma memória da época da escravidão no Brasil, que foi influenciada tanto pelas teorias que negavam o passado da escravidão, quanto pela situação dos próprios negros que frequentemente se viam diante da dificuldade de manter uma memória do passado, em função da necessidade de interação e de autoafirmação na sociedade pós – escravocrata, torna-se difícil. A atual definição das comunidades como “remanescentes quilombolas” tem permitido uma grande renovação das lembranças dos negros sobre o passado de escravidão. (OLIVEIRA, 2006).

De fato, população negra enfrenta dificuldades em toda sua trajetória, desde sua chegada ao Brasil até os dias atuais, em todos os setores da sociedade. Sua luta pelos seus direitos enquanto cidadão, família, religião e no mercado de trabalho é constante.

“ As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. (NASCIMENTO,1985,p.41).

Com a invasão Holandesa, em Pernambuco, no ano de 1630, os senhores de engenho abandonaram suas terras, facilitando a fuga em massa desses escravos, que buscaram refúgio em proteção no Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que em 1670, já abrigava mais de 50 mil escravos. (HISTÓRIA, 2009).

1.2. A luta quilombola pelo direito à terra

A luta dos quilombolas pelo direito à terra tem como marco inicial histórico, a chegada do primeiro Navio Negreiro ao Brasil em 1525, com o primeiro embarque de africanos escravizados à força e aprisionados em porões das embarcações. Ali eram humilhados e acorrentados enquanto as mulheres, violentadas sexualmente pela tripulação. Calcula-se que 12,5% (1,6 milhões) não sobreviviam à viagem e morriam durante o percurso, tendo como uma das causas as doenças gastrointestinais, o escorbuto e as doenças infecciosas, além dos castigos sofridos. (BEZERRA, 2018).

Através de uma carta de poderes concedida a Martim Afonso de Sousa, quando enviado às terras da América portuguesa, no Brasil, em 1530, no comando de uma expedição colonizadora, a codificação da Lei Sesmarias com a intenção de colonização do território, ainda

inexplorado. Essa lei criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e condicionava o direito à terra, para que fosse cultivada, caso contrário a doação era revogada.

Dom João III, em 1534, implanta no Brasil o sistema de capitanias hereditárias, contudo as sesmarias continuariam presentes na colonização, tendo com função dos capitães, donatários, em suas capitanias, dar “todas as terras dela, em sesmaria, a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam.” Um donatário só poderia comprar uma sesmaria depois de oito anos de aproveitamento pelos primitivos concessionários. O poder da sesmaria determina a forma de acesso à terra e ao poder entre colonos, o sistema reforça o poder do Estado. (VARELA, 2005).

O quilombo foi definido, pelo Rei de Portugal em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, segundo Schmitt *et al* (2002, p.2), “quilombo sendo toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.”

O maior quilombo que existiu no Brasil foi o Quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas. Ele chegou a ter 20 mil habitantes, virando um grande símbolo de resistência dos escravos no Brasil e de luta contra os colonizadores, destruído em 1694. Seu líder, Zumbi, foi morto, entretanto, em uma emboscada no ano seguinte. De acordo com Neves (2001), seu primeiro registro se deu em 1597, no território da capitania de Pernambuco, onde os escravos fugiam dos engenhos e procuravam a região da Serra da Barriga para se esconderem - um lugar despovoado e de matas densas. O quilombo possuía estrutura de poder, de administração e de trabalho próprio. A sobrevivência ocorria por meio da agricultura e do que era produzido nas terras quilombolas: mandioca, feijão, batata, milho e melão (cana-de-açúcar), palmito e frutas. Na década de 1650, os portugueses realizaram dezenas de expedições contra Palmares.

Palmares tinha dois líderes. Um deles, Ganga Zumba, recebeu uma oferta de paz do governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida, em 1678, que determinava que os nascidos em Palmares seriam livres, receberiam terra, mas não poderiam abrigar novos escravos. Os que garantissem liberdade seriam vassallos da coroa. A proposta aceita causou divisão no quilombo culminando a morte do líder. Assim, assumiu Zumbi que não aceitou o acordo, o que fez as lutas voltarem a ser cenário de força e gerou sua morte pelos portugueses em 1695. (SILVA, 2021).

Revoltas populares ocorreram, posteriormente, no período de 1798 a 1838, como a Revolta dos Alfaiates, Cabanos, Malês e Balaio. Com a Independência brasileira, D. Pedro assina com a Inglaterra um tratado antitráfico, em 23 de novembro de 1826, estabelecendo que a partir de março de 1830 seria ilegal para os súditos do imperador brasileiro dedicarem-se ao

comércio de negros africanos, sendo tal atividade passível de ser julgada como pirataria. (CATANI,) Esse tratado, todavia, não se cumpriu, já que, no ano de 1837, entraram ilegalmente mais de 46 mil escravos no Rio de Janeiro e São Paulo. Já entre 1846 e 1849, foram 50/60 mil escravos respectivamente.

As duas grandes potências, Inglaterra e França, precisavam de matéria-prima para suas indústrias e mercado consumidor para seus produtos. Com isso, o processo de industrialização precisava de ajustes para adequar ao sistema de desenvolvimento capitalista.

Segundo Emília Viotti da Costa (1977), as transformações na economia mundial provocavam uma reavaliação da política da terra e, em diferentes países, foram decretadas leis em torno desta questão. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem, que, como toda mercadoria, deveria gerar lucro. A chamada Lei da Terra, então, foi criada na Lei 601 de 1850.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós aboliu definitivamente o tráfico negreiro e, assim, a pauta era sobre a substituição dessa mão de obra escrava e sobre o debate das novas formas de distribuição da terra.

O fim do tráfico negreiro possibilitou investimentos em bancos, ferrovias. Dessa forma, a terra deveria ter seu valor de mercado o mais breve possível.

O processo de transição regulada da mão de obra escrava para a livre foi uma tendência geral nos países recém-independentes da América Latina, apesar da influência do pensamento liberal na classe política da região. Usualmente, a ideia de igualdade esbarrava na questão da propriedade, e a libertação dos escravos era vista como possível fonte de desordem social. (MATTOS, 2009; SECRETO, 2011).

A lei n. 3.270 de 28 de setembro de 1885, Lei dos Sexagenários (Lei Saraiva Cotegipe), determinou a liberação dos escravos com mais de 60 anos, regulou a alforria dos cativos e algumas determinações na Lei do Ventre Livre de 1871.

Em 1884, o projeto de lei sobre a abolição, em linhas gerais, previa a libertação dos escravos a partir dos 60 anos sem indenização aos senhores, que teriam a obrigação de cuidar dos anciãos libertos ou inválidos, em troca de prestação de serviço. Porém, ele poderia deixar a propriedade quando desejasse. Ampliava o fundo de emancipação pela cobrança de impostos aos proprietários. (MENDONÇA, 1999)

A proposta gerou polêmica entre os partidos Conservador e Liberais, gerando uma crise política com dissolução da Câmara pelo imperador. Assume, então, o senador José Antônio Saraiva, que propõe a alforria mediante indenização, levando a mais uma crise em seu ministério. Entra, no seu lugar, o barão de Cotegipe o qual tem o projeto sancionado pelo

imperador em 28 de setembro de 1885. (MENDONÇA,1999). Em 14 de novembro de 1885, o Decreto n.9.517 aprova o novo regulamento, para a nova matrícula dos escravos menores de 60 anos de idade.

Movimentos abolicionistas tomaram proporções significativas. Os abolicionistas radicais queriam o direito dos libertos e sua inserção na sociedade. Em 1884, o Ceará e a Amazonas aboliram a escravidão, aumentando a pressão sobre o império. Em 1888, a Lei Áurea formaliza a abolição da escravatura, no momento em que a quantidade de escravos já tinha diminuído consideravelmente em todo o território brasileiro. O processo de abolição foi gradual ao longo do século XIX. A lei não garantia direitos aos ex-escravos que foram marginalizados enquanto negros. A abolição brasileira foi a última na América Latina e teve influência na Proclamação da República.

A Frente Negra Brasileira começou sua articulação em 1928, tendo como principais organizadores Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. O objetivo era promover a “união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma em virtude de uma atividade moral e material no passado, e para a reivindicação dos seus direitos materiais e políticos atuais na comunhão brasileira”. Composta por negros e negras, visando “à elevação moral, intelectual, artística, teórico profissional e física e à assistência, à proteção e à defesa social, jurídica e econômica do trabalho da gente negra”. Também foram responsáveis por manifestações públicas contra o racismo e divulgavam sua posição no jornal O Clarim da Alvorada.

O enfraquecimento da frente foi em decorrência de divergências internas, fragmentando o grupo até sua dissolução. (NASCIMENTO, 1931)

Na primeira eleição em que as mulheres brasileira puderam participar, Antonieta de Barros se filia ao Partido Liberal Catarinense e se torna a primeira mulher negra eleita Deputada Estadual, em 1934. Sua luta foi focada na bolsa de estudo nas universidades para alunos carentes.

No Brasil, em 31 de março de 1964, acontece o golpe militar, a Ditadura Militar foi um regime autoritário com a deposição do presidente João Goulart. Durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime. No governo de João Goulart, são lançadas as “Reformas de Base” que contava com a desapropriação de terras, nacionalização das refinarias de petróleo, reforma eleitoral garantindo o voto para analfabeto, reforma universitárias e outras. (BEZERRA, 1985).

O movimento negro tomava força e visibilidade na voz de muitos que lutavam pela igualdade social. “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem amor, apenas um

grito de liberdade!” Com essas palavras, Benedita da Silva, deputada constituinte brasileira pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ecoava a voz negra e negros durante uma das audiências de formulação da Constituição Brasileira. Intitulada Criminalização do Racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos, pela PUC-RJ.

O ano de 1988 foi um ano importante para o movimento negro, pois é o centenário da abolição. O Estado brasileiro e a mídia queriam comemorar e celebrar e movimento diziam:

“não, não há nada para comemorar, a desigualdade continua”. O processo de discussão da Constituição durou dois anos, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, até a promulgação da Carta Magna em outubro de 1988. (PAIXÃO, 2019)

CF/88- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Contudo, esse artigo gerava dúvidas quanto ao significado do que era “remanescentes das comunidades quilombolas”, o que significa “ocupando suas terras”, o reconhecimento do direito à “propriedade definitiva” pode sofrer alguma limitação? O que seria o “Estado” e quais podem ser os “títulos respectivos”?

Em 20 de novembro 1995, a primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, é realizada em Brasília com 30 mil pessoas nas ruas, reivindicando políticas públicas para a população negra.

A primeira comunidade quilombola é reconhecida em 1995, a Comunidade de Boa Vista, do município do Oriximiná, no interior do Pará. É a primeira no Brasil depois que a Constituição Federal reconhece o direito dos quilombolas à propriedade de suas terras através do artigo 68 do ADCT. É um marco na luta dos remanescentes que firmou dois importantes precedentes jurídicos, explica Lúcia Andrade, coordenadora executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo, organização que apoiou os quilombolas na mobilização que resultou nessa titulação pioneira: “essa titulação pioneira, consolidou a interpretação que o artigo 68 do ADCT é autoaplicável, não dependendo de regulamentação para sua efetivação, questão que era controversa naquela época. Além disso, confirmou o entendimento que a titulação dos terras quilombolas deveria ser coletiva.” (PYL,2015)

Até 2015, nove terras quilombolas foram tituladas: sete pelo INCRA e duas pelo Governo do Pará, pelo Instituto de Terras dos Pará. Foram assinados dez Decretos de Desapropriação, publicadas dez Portarias de Reconhecimento e vinte e seis RTIDs. O número de processos no INCRA que não passou da fase inicial de identificação do território a ser

titulada é de 88% dos processos. O Ministério Público muitas vezes precisou ser acionado.

Direitos Ameaçados- PEC 215, caso seja aprovada, altera o Artigo 68 e determina que as terras quilombolas sejam regularizadas por meio de lei, passando ser atribuída ao poder legislativo. Essa aprovação seria um obstáculo para mais de 1500 processos abertos no INCRA, para serem concluídos. Porém, em 27/10/15, mesmo com protestos, a PEC 215/00, que altera as regras para a demarcação de terras indígenas, de remanescentes de comunidades quilombolas é aprovada.

“ O primeiro é o que passa a prever indenização dos proprietários de terras nas áreas demarcadas em todos os casos. Atualmente, há apenas a indenização das benfeitorias realizadas a partir da ocupação de boa fé do terreno, mas o pagamento pela terra... “ (PEC, 2015).

No Brasil, de um total de 2.715 territórios quilombolas, somente 182 (6,7%) são titulados. Os números foram revelados numa pesquisa desenvolvida na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, e foram obtidos na Fundação Cultural Palmares (FCP) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ambos do governo federal. De acordo com Gabriel Colombo, autor do estudo, um dos motivos é a dinâmica política e econômica da distribuição de terras no Brasil, que prioriza a expansão das grandes propriedades em detrimento de comunidades tradicionais, quilombos e territórios indígenas. (SOUZA, 2019)

No “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, é criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas, posteriormente, em 1996, substituída pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.

A Comissão nasce com o objetivo de mobilizar as comunidades, e, assim, as questões quilombolas de reconhecimento legal do título e dos direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio, gerou proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos à formulação de uma política para garantia dos direitos das comunidades quilombolas, onde “a história de resistência que garantiu a continuidade da existência de milhares de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias. “A luta se caracteriza pela defesa do seu território, sobrevivência enquanto grupo específico ameaçado pelo avanço da especulação imobiliária”.

A CONAQ é uma organização nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos quilombolas do Brasil. Ao longo de 20 anos realizou cinco encontros nacionais:

Em Brasília 1995, Salvador 2000, Recife 2003, Rio de Janeiro 2011 e Belém 2016. (SOUZA, 2021).

No ano de 2001, o Supremo Tribunal Federal começou a julgar se demarcações de terras indígenas devem seguir o chamado “marco temporal”. Os indígenas só poderiam reivindicar a demarcação de terras que já eram ocupadas por eles antes da data de promulgação da Constituição de 1988. A demarcação de terras indígenas é um direito garantido pela CF/88 que estabelece o “direito originário” sobre suas terras ancestrais, são considerados por lei, os primeiros e naturais donos desse território, sendo obrigação da União demarcar as terras ocupadas originalmente por esse povo.

Os proprietários rurais argumentam que há necessidade de se garantir segurança jurídica e apontam o risco de desapropriação, caso a tese seja derrubada. O Presidente Jair Bolsonaro é favorável à tese do marco temporal.

Se a tese do marco temporal for aceita pelo STF, indígenas poderão ser expulsos de terras ocupadas por eles, caso não comprovem que não estavam lá antes de 1988.

A Câmara dos Deputados tenta transformar em lei, PL n 490/2007. O texto foi rejeitado na Comissão de direitos Humanos em 2009. Em 2018 foi arquivado. (G1, 2021)

Posteriormente, o Decreto n 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tal regulamentação traz no Art.2 a definição de remanescentes quilombolas os grupos étnico-raciais, segundo critério de auto-atribuição, com trajetória e história própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Frente Política Conservadora questiona a Constitucionalidade do Decreto n 4.887, e o INCRA em 2004, publica a Normativa n 16 que estabelece procedimento do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação de terras ocupadas.

O INCRA em 2005 publica normativa que revoga a Resolução de 2004 e devolve mais atribuições às Superintendências Regionais. (Supremo Tribunal Federal, 2018).

O Decreto de n 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No Art.3-II Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma

permanente ou temporária, o que dispõe os arts. 231 da CF e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Ainda em 2007, acontece o I Quilombinho – Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas e Fundação Palmares publica a

POTARIA Nº 98, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007 O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, resolve: Art. 1º - Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03. `PAR` 1º O Cadastro Geral de que trata o caput deste artigo é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03.

Em 2008 o INCRA publica Normativa que torna os procedimentos de titulação mais burocráticos.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Em 2009, o INCRA avança na Política Quilombola através da Normativa n 56, que removeu antigos entraves nos procedimentos necessários para articulação de Territórios, mas retrocedeu treze dias depois com a revogação.

O Estatuto da Igualdade Racial, objeto da Lei nº 12.288, de 2010, destina-se a garantir à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos e difusos. Além disso, busca combater a discriminação racial e quaisquer outras formas de intolerância étnica.

Em 2011 é Instituído o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil.No caso do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a data foi criada por meio da citada Lei nº

12.519, no dia 10 de novembro de 2011, durante o governo de Dilma Rousseff.

Histórico da ADI 3239.

Em abril de 2012, foi iniciado o julgamento da ADI com o voto do relator, quando o ministro Antônio Cezar Peluso votou pela inconstitucionalidade do decreto. No entanto, Peluso ressaltou em seu voto que os títulos concedidos sob a égide do Decreto 4.887/2003

deveriam ser considerados válidos, respeitando o princípio da segurança jurídica. A sessão de julgamento foi interrompida com o pedido de vista da ministra Rosa Weber.

Em 25 de março de 2014, o julgamento foi retomado, e a ministra Rosa Weber votou pela total improcedência da ação. Weber refutou as teses de inconstitucionalidade formal e materiais do Decreto 4.887/2003. No entanto, o voto defende a adoção de um marco temporal: somente as comunidades que estivessem em seus territórios em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, teriam o direito garantido.

A ADI voltou à pauta do STF em 2017. Inicialmente incluída na sessão de 16 de agosto, o julgamento foi adiado pois o ministro Dias Toffoli, que havia pedido vistas, não compareceu por motivo de saúde.

De acordo com a organização Terra de Direitos, os ministros que ainda votarão são Edson Fachin, Roberto Barroso, Luis Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e, por fim, a presidenta Carmem Lúcia. O Ministro Alexandre de Moraes, por sua vez, não votará nesse julgamento, já que substituiu Cesar Peluso, que já votou em 2012.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), ao lado de diversas organizações da sociedade civil – incluindo a CPI- SP, lançou a campanha “O Brasil é Quilombola, Nenhum quilombo a menos!” solicitando ao STF que reconheça a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 assegurando os direitos das comunidades quilombolas. A Campanha conta com uma petição que já conta com mais de 85 mil assinaturas. (Julgamento de ação contra titulação de terras quilombolas está marcado para outubro, 2004).

Tabela 1- Reconhecimento de Terra

Resumo Executivo	Abril 2021	Reconhecimento de território tem baixa no governo Bolsonaro.
------------------	------------	--------------------------------------------------------------

Durante o governo Bolsonaro, apenas três territórios quilombolas foram titulados e 12 editais referentes ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foram publicados pelo Incra.
O total de movimentações de processos de titulação pelo Incra no biênio 2019-2020 é o menor desde o início da série histórica em 2005, considerando todas as fases; a queda foi de 71% em 2019 na comparação com 2018, passando de 45 para 13, e caiu 69% em 2020, com apenas quatro movimentações.
Mesmo com queda na quantidade de novos processos de certificação iniciados a cada ano, a Fundação Palmares não consegue dar conta do estoque de requisições pendentes. A taxa de resolutividade de processos de certificação caiu de 45% em 2018, último ano do governo Temer, para 25% em 2019, já com Bolsonaro no poder.
A taxa de resolutividade de processos de certificação de áreas quilombolas em 2020 foi a mais baixa da série histórica, iniciada em 2003: 11% do total de processos em andamento no ano foram concluídos.
Na série histórica desde 2003, Piauí e Rio Grande do Sul tiveram mais territórios titulados, com cinco cada. O Nordeste é a região com mais territórios titulados, com 20 áreas; Sudeste tem apenas uma titulação no Rio de Janeiro e outra em São Paulo.

Fonte: INCRA 2021.

Atualmente, muitas são as comunidades quilombolas no Brasil que lutam pela permanência ou reconquista de seus territórios ancestrais. Via de regra, entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do poder público ou privado, pois seus territórios continuam a ser vistos ou como áreas disponíveis à expansão de atividades econômicas, ou como reservas intocáveis destinadas à preservação ambiental. (SILVA, NASCIMENTO, 2012)

Os movimentos e lutas pela posse e direito de usar a terra, fazem da história dos negros no Brasil, uma grande batalha de resistência dessa escravidão que foi imposta de forma tão cruel à uma população que não teve o direito de escolha. A maneira de combater e enfrentar foi através de muito sangue derramado, revolta, fugas e a formação de quilombos foi uma defesa contra a escravidão e discriminação racial que se estende até os dias de hoje. (SILVA, 2012)

Durante o governo Bolsonaro, apenas três territórios quilombolas foram titulados e 12 editais referentes ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foram publicados pelo Incra.

O total de movimentações de processos de titulação pelo Incra no biênio 2019-2020 é o menor desde o início da série histórica em 2005, considerando todas as fases; a queda foi de

71% em 2019 na comparação em 2018, passando de 45 para 13, e caiu 69% em 2020, com apenas quatro movimentações.

Mesmo com queda na quantidade de novos processos de certificação iniciados a casa ano, a Fundação Palmares consegue dar conta do estoque de requisições pendentes. A taxa de resolutividade de processos de certificação caiu de 45% em 2018, último ano do governo Temer, para 25% em 2019, já com Bolsonaro no poder.

A taxa de resolutividade de processos de certificação de áreas quilombolas em 2020 foi a mais baixa da série histórica, iniciada em 2003, 11% do total de processos em andamento no ano foram concluídos.

Na série histórica, desde 2003, Piauí e Rio Grande do Sul tiveram mais territórios titulados, com cinco cada. O Nordeste é a região com mais territórios titulados, com 20 áreas; Sudeste tem apenas uma titulação no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. (GALDINO, 2021).

1.3. Quilombos Campistas; Aleluia, Batatal, Cambucá e Imbé:

Após a abolição, muitos escravos continuaram trabalhando e morando nas usinas das fazendas próximos à Conceição do Imbé, dando início ao assentamento Novo Horizonte (Conceição do Imbé, Cambucá, Batatal e Aleluia). No final da década de 80, a região foi escolhida pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. A área agrícola da fazenda Novo Horizonte foi desapropriada, e a terra, distribuída para os trabalhadores agrícolas (HENRIQUES, 2010).

O município de Campos dos Goytacazes possui grande potencial populacional e territorial e hoje presencia o crescimento da população urbana e rural, onde se encontram os assentamentos, e, ainda, a população remanescente de quilombolas. Conta com 06 comunidades remanescentes de quilombos. São elas: Aleluia, Batatal, Cambucá, Conceição do Imbé, Dandara dos Palmares, Carobinho, totalizando aproximadamente 650 famílias localizadas na zona rural, marginalizadas em áreas de vulnerabilidade sanitária e social. No ano de 2005, a Fundação Palmares reconheceu quatro comunidades como remanescentes de quilombolas no município de campos dos Goytacazes: Aleluia, Batal, Cambucá e Conceição do Imbé. “Mesmo sendo reconhecida, tiveram parte da sua identidade perdida por razões políticas e religiosas.” (NASCIMENTO, 2016).



Figura 2 - Mapa de Morangaba/Conceição do Imbé

Fonte: Estudos Socioeconomico dos Municipios do Estado do Rio de Janeiro

Existem divergências quanto ao significado do termo “Quilombola”. Sobre isso alguns autores afirmam que o termo deriva do Kimbundu, língua africana que pertencera à família linguística Bantu, relativa à atual região de Angola. Para outros autores, a expressão quilombola é originária do tupi-guarani “cañybo” e significa “aquele que foge muito”.

A população rural, os assentamentos e quilombolas encontram-se localizados em áreas distantes do centro da cidade, em regiões de difícil acesso. Este fator até recentemente foi fundamental para limitar o contato cultural dos quilombolas com a cultura ocidental ortodoxa.

A comunidade do Imbé sempre foi assistida por uma equipe da Secretaria de Saúde, através de uma Unidade Básica de Saúde, em Conceição do Imbé (Figura 3). Em função da vulnerabilidade sanitária e social dessa população, buscou-se uma aproximação inter-setorial com a Coordenadoria municipal do Programa de Assistência aos Assentamentos, Acampamentos e Quilombolas (PAAQ), visando conhecer o modo como se relacionam com as políticas públicas sociais.



Figura 3 - Unidade Médica de Saúde

Fonte: próprio autor.

Os quilombolas e suas características culturais, estéticas, culinárias e musicais são uma parte importante da cultura brasileira, embora permaneçam desconhecidos pela grande maioria de nossa população. Mesmo com tanta riqueza cultural são muitas as dificuldades para sua preservação. É fundamental que essa população tenha acesso a ações de políticas públicas, gerando oportunidade de ensino qualificado para a realidade local, priorizando o resgate cultural.

Em 1988, é aprovado o artigo 68 da CF, que garante a posse da terra às comunidades tradicionais: aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Além disso, o artigo estimula a criação de políticas públicas específicas para a manutenção das atividades culturais nessas comunidades.

Quilombola era o nome dado a um conjunto de escravos refugiados ou descendentes de escravos negros, cujos antepassados, no período da escravidão, conseguiram escapar dos engenhos da cana-de-açúcar, organizando e vivendo em pequenas propriedades chamadas quilombos, onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos posteriormente denominados de quilombolas.

Mais de 2.000 comunidades quilombolas estão espalhadas pelo território brasileiro mantendo-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagradas pela Constituição Federal de 1988. Tais comunidades estão dispersas pelo território brasileiro

nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Pará, Bahia, Maranhão, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Comunidades quilombolas e outros movimentos sociais camponeses articulados conquistaram nas últimas décadas o direito à Educação com características diferenciadas do ensino escolar tradicional, particularmente em relação ao regime de alternância.

As maiores dificuldades de acesso aos serviços e políticas públicas, incluindo saúde e educação, são históricas, o que os torna muito vulneráveis. Nota-se também a manifestação de racismo institucional, que lhes dificulta acessarem a justiça ou os círculos sociais da sociedade dominante.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a aprovação do Decreto nº 4887/2003, ocorreu uma expansão das políticas públicas para quilombolas e uma intensificação da mobilização de comunidades e assessorias. Em seguida, foram criadas políticas públicas específicas para esta população.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tornou-se, portanto, o responsável pela regularização das terras. O Ministério da Educação (MEC) tem promovido ações de melhoria escolar nestas comunidades. Um dos principais projetos que a Fundação Cultural Palmares desenvolve no momento, segundo Pereira,

é o projeto *Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil*, que dispõe do livro *O que você sabe sobre a África* e a revista *Passatempos Coquetel*. Além de distribuir material para as escolas públicas, a Fundação capacita professores para que possam trabalhar os conteúdos em sala de aula, discutindo questões fundamentais para a população negra, como racismo, preconceito, intolerância religiosa, riqueza da cultura afro-brasileira e diversidade. Os lançamentos desta ação estão acontecendo em todo o Brasil. Em julho, realizamos em Brasília uma formação para os multiplicadores do projeto, que estão disseminando os conteúdos em 16 municípios selecionados. Em 2018, queremos ampliar o número de cidades atendidas e publicar uma segunda edição do kit, atualizada a partir de um olhar crítico dos próprios professores e gestores de educação. Além disso, temos oito terreiros tombados [pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)], que desejamos transformar em Pontos de Cultura, para facilitar até mesmo a visita do público em geral. Isso ajudaria também a diminuir preconceitos. Outro projeto importante é o Minuto Afro. Nele, os grandes heróis afro-brasileiros e os orixás do Candomblé são retratados sem vídeos. Ao todo serão 22 vídeos (PEREIRA, 2017).

Silva (2008) completa também, afirmando que:

De inspiração africana os quilombos brasileiros constituíram-se estratégias de deposição de uma estrutura escravocrata pela implementação de uma outra forma de vida, de outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos. Dessa forma, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito a sua humanidade (SILVA, 2008, p. 1).

A maior expressão da resistência negra ao processo de aculturação foram os quilombos. Mantidos sob a forma de Quilombolas, carregando consigo as mesmas tradições culturais, estilo de vida e religiosidade, compartilham as mesmas aspirações cultuadas durante os últimos séculos. Para Silva e Silva (2014),

A questão dos quilombos é um elemento na história do Brasil que constituíram/constituem em espaço de resistência cultural. Definidos como comunidade remanescente de quilombos, muitos dos descendentes dos antigos quilombolas ainda vivem nas mesmas localidades que residiram seus antepassados e mantêm tradições, saberes e fazeres repassados de geração em geração contribuindo para a construção/reconstrução da identidade étnica (SILVA; SILVA, 2014, p. 198).

CAPÍTULO II

2. A PANDEMIA DA COVID-19: NO MUNDO E NO BRASIL

Em 2019 o mundo foi pego de surpresa com a notícia de uma pandemia, que iria mudar a rotina e a economia de todos os países. Segundo a Organização Mundial da Saúde, **pandemia** é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia**, surto que afeta uma região, espalha-se por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

No dia 08 de dezembro de 2019, os primeiros casos do novo Coronavírus começam a aparecer e a serem registrados no hospital de Wuhan, na China. As pessoas infectadas seriam frequentadoras de um mercado atacadista de animais.

A OMS fez seu primeiro comunicado em 05 de janeiro de 2020, relatando 44 casos de “pneumonia de causa desconhecida” em Wuhan, na China. No dia 09, foi divulgado o primeiro código genético do novo coronavírus, admitindo no dia 28, o risco de uma epidemia no mundo de “alto risco” a partir de então.

Em 09 de fevereiro de 2020, 34 brasileiros que residiam em Wuhan, foram repatriados e no Brasil ficaram 14 dias de quarentena, na Base Aérea de Anápolis, em Goiás. No dia 21 de fevereiro, são anunciados os países que deveriam ficar alerta como Japão, Singapura, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Tailândia, Vietnã, Camboja e China. No dia 24, o Brasil inclui a Alemanha, Austrália, Emirados Árabes, Filipinas, França, Irã, Itália e Malásia.

O primeiro caso confirmado de coronavírus no Brasil ocorreu no dia 26 de fevereiro com um homem de 61 anos que tinha viajado para a Itália e deu entrada no hospital Albert

Einstein. No dia seguinte, já eram 132 casos de suspeita sendo monitorado pelo Ministério da Saúde no Brasil. Em 29 de fevereiro o segundo caso no Brasil é confirmado em São Paulo, um homem de 32 anos que chegou da região da Lombardia, na Itália.

Para Tatiana Brettas, para o enfrentamento da covid-19, são imprescindíveis as medidas de isolamento social. Com as pessoas em casa, limita-se a possibilidade de exploração da força de trabalho e, deste modo, da produção de riquezas no contexto do capitalismo. Na pandemia, o discurso da extrema direita é de que as pessoas devem desconsiderar os riscos sanitários de romper com o isolamento social para garantir a sua sobrevivência e, com isso, a manutenção da atividade econômica.

Em 02 de março de 2020, foram distribuídos 30 mil kits para teste diagnóstico específico para a covid-19, no Brasil (10 mil para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública- LACENs). O terceiro caso foi confirmado no Brasil, em 04 de março, um paulista que também esteve na Itália. Dia 05 de março, já são 8 casos confirmados, 6 em São Paulo, 1 no Espírito Santo, 1 no rio de Janeiro. Foi publicado no Diário Oficial da União a assinatura do contrato de aquisição de máscaras para proteção dos profissionais de saúde da rede pública, óculos de proteção, álcool em gel e luvas, no valor de R\$ 72,9 milhões.

O Ministério da Saúde anuncia em 06 de março, a ampliação de medidas para reforçar a assistência hospitalar como; reforço da Atenção Primária, para evitar que pessoas procurem os hospitais, programa Saúde na Hora aumentando o número de unidades abertas até às 22hs e nos finais de semana, convocação dos Mais Médicos da Estratégia Saúde da Família, organização de rotina de pacientes crônicos, o uso da telemedicina para doentes graves e aumento do número de leitos na UTI.

No dia 09 de março são confirmados 25 casos de coronavírus no Brasil e o MS anuncia que o teste deveria ser realizado em todos os pacientes internados em hospitais públicos e privados, com quadro respiratório grave, independente do histórico de viagem ao exterior. Em 11 de março a OMS declara pandemia de coronavírus. OMS anuncia 52 casos confirmados no Brasil e negocia com o Poder legislativo e liberação de R\$ 5 bilhões para ações de enfrentamento ao coronavírus. No dia seguinte, é lançado um edital de 5.811 vagas para o programa Mais Médicos.

O primeiro paciente brasileiro diagnosticado com coronavírus é curado em 13 de março e o MS regulamenta os critérios de isolamento e quarentena que deverão ser aplicados pelas autoridades sanitárias.

A primeira notificação de morte por covid-19, no Brasil, foi em 17 de março, um homem de 62 anos, hipertenso e diabético, em São Paulo. O MS confirma 291 casos e o Governo

Federal lança Portaria que torna crime contra a saúde pública a recusa de isolamento e a quarentena. A norma prevê detenção de um mês a um ano, multa e autoriza o uso de força policial para o cumprimento das determinações. A primeira morte, fora do eixo Rio-SP, acontece no Maranhão em 20 de março, um homem de 69 anos que voltou de São Paulo. São confirmados 904 casos no Brasil, e registrado 9 mortes em SP e 2 no RJ.

Em 22 de março, são confirmando 1.546 casos e 25 mortos no Brasil. Infectados em Roraima dois casos, 85 no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal 3. Nesse mesmo dia, o Presidente Jair Bolsonaro edita medida provisória, autorizando a suspensão do contrato de trabalho por até quatro meses e empresa deve oferecer curso de qualificação profissional online e manter benefícios, como plano de saúde. O MP autoriza ajuda compensatória mensal, valor acordado com o empregador.

Diante de tantas críticas, o presidente revoga o trecho de Medida Provisória que autorizava a suspensão de salário por quatro meses, no dia 23 de março. Começa a valer a restrição do governo brasileiro à entrada de estrangeiros no país.

O Presidente Jair Bolsonaro, faz pronunciamento criticando o isolamento e os meios de comunicação, chamando de “gripezinha” o quadro geral, contrariando as recomendações sanitárias de todo o mundo. Aqui são 1.965 casos confirmados, 47 mortos e registro de covid-19 em 26 estados e no Distrito Federal no dia 24 de março.

Para enfrentar a pandemia, a resposta do presidente, segundo Tatiana Brettas, está centrada em dois pontos: na propaganda de medicamentos cuja eficácia ainda não está comprovada, espalhando uma sensação de insegurança nas pessoas, que passam a acreditar no possível combate ao vírus com alguns comprimidos, na defesa pelo fim do isolamento social para a continuidade da atividade econômica.

O Ministro Luiz Henrique Mandetta anuncia a distribuição de 3,4 milhões de unidades de cloroquina e hidroxicloroquina para pacientes com formas graves do novo coronavírus. É publicado o “Guia para manejo de corpos no contexto do novo coronavírus.” Onde, os corpos deveriam ser cremados ou enterrados; velórios e funerais em espaço aberto com a presença de no máximo 10 pessoas, em distância de dois metros entre elas e com caixão fechado.

Em 26 de março, Santa Catarina anuncia a primeira morte, um homem de 86 anos. O MS anuncia canal de doações através do email: juntoscontracovid19@saude.gov.br; Whatsapp 55(61) 9938-0031 para tirar dúvidas.

No dia seguinte, o Brasil passa a ser um dos países que vão realizar o Estudo Solidadriedade, da os tratamentos para a covid-19, recebendo um investimento de R\$ 4 milhões do MS. Também serão repassado R\$ 140 milhões para a construção de 200 leitos de UTI com

o suporte do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Piauí registra primeira morte em 28 de março, o prefeito da cidade de São José do Divino, Antônio Nonato Lima Gomes de 57 anos. Rio Grande do Norte também registra primeira morte, um professor universitário de 61 anos diabético. O avanço da covid -19 no Brasil é considerado acelerado. No dia seguinte, a Bahia registra a primeira morte, um homem de 74 anos e a primeira criança contaminada é registrada.

Chegam ao Brasil as primeiras 500 mil unidades de testes rápidos. Residentes ganham uma bonificação de 20% sobre o valor da bolsa (R\$ 667,00), por trabalharem na linha de frente do enfrentamento contra o covid-19.

O mês de março de 2020 fecha com, segundo as secretarias estaduais de saúde, 5.812 casos confirmados de coronavírus e 202 mortes. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaça banir voos provenientes do Brasil por causa da postura do presidente Jair Bolsonaro diante das medidas restritivas de enfrentamento à pandemia.

“O Brasil não tinha nenhum problema até pouco tempo atrás, e agora estão começando a ficar inflamados” disse Trump, de acordo com a Ansa.

Abril foi marcado por muitos fatos importantes, o MS anuncia o monitoramento à distância em casos de suspeita de covid-19 através do número 136 e faz chamada pública de R\$ 50 milhões para financiar pesquisa sobre novos métodos de diagnóstico, tratamento e contenção do novo coronavírus. O programa “O Brasil conta comigo”, para estudantes de medicina, enfermagem, fisioterapia e farmácia são convocados.

É lançado um Painel On-line, para acompanhar a quantidade de leitos, testes, máscara e luvas disponíveis em cada estado, além de dados de contaminação. O Brasil passa a recomendar o uso de máscaras de proteção para todos. Anuncia a aquisição de 15 mil respiradores mecânicos, no valor de US\$ 13 mil cada.

Os profissionais de saúde têm à disposição um banco de imagens para auxiliar no diagnóstico do novo coronavírus, através do cadastro na plataforma Maida. Health. E o MS contabiliza a distribuição de 53,1 milhões de equipamentos de proteção individual (EPIs) entre máscaras, luvas, sapatilhas, toucas, aventais, óculos, álcool em gel e teste rápido. O contrato para aquisição de 4,3 ventiladores hospitalares é assinado pelo valor de R\$ 258 milhões. O MS monitora pesquisas com plasma sanguíneo de pacientes curados de covid-19.

O estado de São Paulo segue com a situação mais crítica com 7.480 casos e 496 mortes, seguido do Rio de Janeiro com 2.216 casos e 122 mortes.

Os estados do Espírito Santo, Sergipe, Raraima, Mato Grosso, Amapá, Acre confirmam os primeiros óbitos. Confirmado, também, a primeira morte de uma adolescente indígena,

Yanomami, de 15 anos. O Conselho Federal de Enfermagem registra 30 mortes de profissionais de enfermagem por covid-19.

O ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta é exonerado e assume o médico oncologista e empresário, Nelson Teich.

Médicos registram 3,1 mil denúncias de falta de equipamentos de proteção individual para atender pacientes com covid-19.

A ANVISA aprova a realização de testes rápidos de covid-19 em farmácias e drogarias, antes realizadas apenas em hospitais e clínicas. Quase 200 brasileiros se inscrevem na plataforma 1 Day Sooner, para participar de testes de vacina para o coronavírus.

Abril fecha com 6.006 óbitos e 87.18 diagnósticos confirmados de covid-19. O Brasil é o país com mais casos confirmados que a China, onde tudo começou. O estudo do Imperial College de London aponta o Brasil como o país de maior taxa de contágio por covid-19 em todo o mundo.

O mês de maio inicia com 108.932 casos confirmados do novo coronavírus e chega a 7.390 óbitos, o Brasil ultrapassa a China em número de mortes e o presidente Jair Bolsonaro faz a seguinte declaração: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messeias, mas não faço milagres.” Seu descompromisso com a ciência e com a saúde pública foi escancarado a ponto de criar uma crise de legitimidade do governo que abriu, entre sua base de apoio civil e militar, discussões sobre os caminhos para sua sucessão antes do final do mandato. (BRETAS, 2020)

O MS lança programa “Diagnosticar para cuidar”, com a realização de 46 milhões de testes ainda em 2020, como o teste RT-PCR e a Testa Brasil com o uso do teste rápido. Seis estados apresentam colapso na rede privada de saúde (Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Pará não têm mais leito disponível e podem contratar pela rede pública). São Paulo prorroga quarentena até 31 de maio e RJ considera o lockdown. O governo de Pernambuco decreta lockdown na capital Recife.

Em 09 de maio, o Brasil supera marca de 10 mil mortos e o Congresso Nacional decreta luto oficial de três dias e o Supremo Tribunal Federal também.

O Presidente da República decide incluir atividades industriais, construção civil e salões de beleza, academias e barbearias na lista de atividades essenciais.

Estudo publicado na revista Journal of the American Medical Association não encontra evidências de que a cloroquina reduz a mortalidade entre pacientes com coronavírus. Já um estudo publicado na revista The Lancet aponta que a infecção pode causar lesões na retina.

Laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fiocruz

passam a diagnosticar o novo coronavírus. Autorização da ANVISA tem o objetivo de ampliar a capacidade pública de identificar contaminação pelo vírus.

O Presidente Jair Bolsonaro volta a defender o uso da Cloroquina, e o ministro Nelson Teich alerta sobre os efeitos colaterais e sugere que o paciente assine um termo de consentimento em seu uso. E em 15 de maio o ministro pede demissão.

Segundo Marina Machado Gouvêa, na pandemia, seu impacto subsequente seria pior que o de uma guerra mundial. A destruição das forças produtivas hoje em curso sedá pela paralisação e morte dos seres humanos e, conseqüentemente, pela redução do nível de produto.

Em 18 de maio, a Farmacêutica Americana anuncia que a primeira vacina contra o coronavírus teve resposta positiva em humanos. Os anticorpos produzidos foram testados em células humanas no laboratório e impediram a replicação do Sars-CoV-2. A FDA deu o aval para a segunda fase dos testes. No dia seguinte, o Brasil apresenta 271.628 casos confirmados, atrás dos Estados Unidos com 1,5 milhões e Rússia com 299mil.

O MS, sob o comando do ministro interino Eduardo Pazuello, divulga protocolo de cloroquina e hidroxicloroquina em casos leves da doença. A OMS reforça que o uso desses medicamentos causam mais efeitos colaterais do que benefícios.

A Fiocruz alerta que mais de 7,8 milhões de brasileiros não têm acesso a atendimento adequado, piorando no Pará, Amazonas e Mato Grosso.

A OMS reconhece o Brasil como o mais afetado da América do Sul e critica o uso da Cloroquina.

Trump proíbe a entrada, nos estados Unidos, de estrangeiros que tenham partido do Brasil.

Articulação dos povos Indígenas do Brasil registra 143 indígenas mortos e 1.256 contaminados pelo coronavírus. Autoridades Sanitárias declararam 40 mortes e 824 diagnosticados.

Para Alzira M.B. Guarany (2020), nos serviços públicos, especialmente na saúde, além da falta de investimento em manutenção de sua infraestrutura, as medidas neoliberais de ajuste reduzem drasticamente a realização de concursos, provocando falta de recursos humanos, além de ainda não abastecer suas unidades com insumos básicos e de equipamento de proteção individual, tão necessários em tempo de pandemia. Nos grandes centros urbanos o SUS foi sendo esvaziado em favor do crescimento do mercado de planos de saúde, ficando como usuário do sistema, preferencialmente, aqueles que não podiam pagar, ou seja, os trabalhadores informais, os terceirizados e mal remunerados, isto é, formados em grande parte por mulheres e negros periféricos.

O mês de maio fecha com mais de 500 mil casos e 29.314 óbitos. Nesse cenário o Presidente Jair Bolsonaro passeia a cavalo por Brasília, em ato antidemocrático e anti- Supremo Tribunal Federal.

No início de junho algumas cidades começaram a flexibilizar as restrições e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) pede cautela, pois uma segunda onda de contaminação do novo coronavírus pode colocar em risco os esforços feitos.

Para Gláucia Alves e Luana Siqueira (2020), o trabalho é fundamental para acumulação e, portanto, quem o realiza. A pressão para a retomada das atividades laborais, do comércio e das atividades diárias é o resultado do desespero em retomar a “normalidade”, a preocupação não é com quem precisa trabalhar, mas com quem está deixando de acumular.

O Brasil recebe o primeiro lote de vacina contra Covid-19 desenvolvida na Universidade de Oxford, na Inglaterra. O governo anuncia parceria com farmacêutica ASTRAZENECA e a Universidade de Oxford, do Reino Unido para desenvolvimento e produção de vacinas contra Covid-19 e a tecnologia será desenvolvida pela Fiocruz.

O Presidente ameaça deixar a OMS, caso a entidade continue com “viés ideológicos” indo na mesma postura de Donald Trump, que rompeu com a entidade. Depois pede para seus seguidores invadirem os hospitais para verificar se leitos estão livres ou ocupados.

O governo federal tira do ar a plataforma do Ministério da Saúde com informações consolidadas e atualizadas sobre a pandemia do coronavírus no Brasil. A Sanar desenvolve plataforma própria pra acompanhar os casos no país.

Os números de óbito no Brasil são maiores que do reino Unido (41.566 mortes) e os Estados Unidos continuam com o maior número de óbitos que passa de 114 mil. Junho termina com

59.494 óbitos, dados do MS e 1.408.485 de casos confirmados.

Para Mossiclaia Mendes da Silva, a pandemia desvela a própria barbarização da vida que o capitalismo opera na tentativa de garantir sua reprodução ampliada, mas como afeta ainda que não da mesma forma- setores médicos e altos da burguesia a crise sanitária requer do Estado e da sociedade medidas que possam mitigar os estragos mais nefastos.

Em julho, o Brasil registra mais de mil mortes diárias por coronavírus pelo 5º dia seguido.

São 1.111 novos óbitos, conforme levantamento do consórcio de veículos de Imprensa. Com a atualização, passa para 64.365 o total de mortes.

Presidente Jair Bolsonaro anuncia que foi diagnosticado com covid-19 e se torna um dos novos casos de coronavírus no Brasil. Dados do consórcio formado por Veículos de imprensa

contabilizam 48.584 novos pacientes da doença. O número atualiza para 1.674.655 o total de diagnósticos da doença.

Mais uma marca na linha do tempo do novo coronavírus no Brasil: passa de 2 Milhões o total de pessoas contaminadas e de 76 mil o número de óbitos decorrentes da covid-19.

Em 21 de julho, inicia-se a terceira fase da pesquisa de vacina contra o novo coronavírus que foi testada em São Paulo. Uma médica do Hospital das Clínicas recebeu a primeira dose da vacina. Nove mil voluntários de seis estados serão monitorados por três meses para avaliar os desdobramentos da substância.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 1% da População brasileira foi infectada pelo novo coronavírus. Mais de 2,2 milhões, entre os mais de 211 milhões de habitantes, já pegaram a covid-19.

Julho fecha o mês, com um terço das 92.568 mortes por covid-19, registradas desde o início da pandemia, aconteceu em julho. Ao longo do mês, foram 32.912 óbitos. Número é maior do que o registrado em junho, quando 30.215 pessoas não resistiram às complicações da infecção.

Em 04 de agosto, o Governo Federal planeja editar Medida Provisória para viabilizar 100 milhões de doses da vacina de Oxford contra o coronavírus. A iniciativa é da ordem de R\$1,9 bilhão. Em 06 de agosto, o Instituto Butantan anuncia possibilidade de vacina contra o coronavírus ainda em outubro. Diretor da instituição, Dimas Covas afirmou em audiência na Câmara dos Deputados que vacina está sendo testada em 9 mil voluntários de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Se for clinicamente Bem sucedida, a vacina será submetida a registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS).

No dia 11 de agosto, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, anuncia o registro da primeira vacina contra o novo coronavírus, Chefe russo garante que imunização está pronta e foi testada em uma de suas filhas.

A vacina Sputnik cinco, no entanto, é vista com ceticismo pela comunidade internacional por não ter cumprido os testes da fase 3. Nessa etapa a vacina é aplicada em milhares de pessoas e podem durar meses. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a Sputnik 5 não foi aprovada pelo órgão internacional.

Em agosto, autoridades chinesas afirmam ter encontrado traços do novo coronavírus em carregamento de frango importado do Brasil. A contaminação foi detectada em amostras de asas de frango, de acordo com informações da prefeitura da metrópole de Shenzhen, nos arredores de Hong Kong.

Brasil ultrapassa total de 105 mil óbitos por coronavírus. Em 24 horas, secretarias estaduais de Saúde registraram 1.301 mortes, que atualizaram para 105.564 o consolidado de mortes.

No mês de setembro, de acordo com boletim epidemiológico, o Brasil registrou queda de 11% na média de óbitos por covid-19, considerando o período de 23 a 29 de Agosto. Além disso, 17 estados registraram queda de novos óbitos e 7 apresentaram estabilização.

Os testes com a vacina CORONAVAC seguem e, segundo o diretor do Instituto Butantan, pretende-se ampliar o número de participantes para 9 mil no mês de Setembro.

As vacinas para covid-19 devem ser distribuídas ainda no início de 2021, caso tenham eficácia comprovada.

A ANVISA suspendeu a necessidade de retenção da receita para os medicamentos Ivermectina e Nitazoxanida, devido tranquilização quanto a desabastecimento destas medicações no mercado.

No dia 02 de Setembro, o Brasil deu um grande passo na pesquisa científica com a publicação do estudo Coalizão covid-19 Brasil, publicado na revista JAMA, onde foi demonstrado benefício do uso da Dexametasona na diminuição do tempo de ventilação mecânica.

Setembro fecha com o número de óbitos acumulados até o período é de 143.952, com um total de 4.810.935 casos confirmados acumulados até o período.

O Instituto Butantan anuncia que pretende iniciar os testes da CORONAVAC em crianças e adolescentes no Brasil. Mais de 5 mil voluntários já receberam a vacina, mas os resultados ainda não estão disponíveis.

O Brasil aderiu ao plano Covax Facility, com a liberação de 2.5 bilhões do Governo para integrar o programa global de vacinas que permitirá o acesso a 9 vacinas em desenvolvimento.

No dia 05 de outubro, quando comparado com outros países, o Brasil ocupa o segundo lugar no número total de casos, ficando atrás apenas de Estados Unidos e Índia (7,4 milhões e 6,6 milhões de casos, respectivamente). As vacinas de Oxford, que estavam previstas para chegar ao Brasil no mês de Dezembro, tiveram sua entrega adiada para Janeiro de 2021. Inicialmente, há previsão de entrega de 30 milhões de doses.

Outubro termina aproximando-se da marca dos 5.5 milhões de casos, o Brasil registra queda de 25% dos óbitos por covid-19 nos últimos 14 dias. Além disso, dados do Boletim epidemiológico também registram queda de 10% na notificação de novos casos.

O Governo lançou o Programa Diagnosticar para Cuidar, que visa identificar e tratar

precocemente casos de síndrome gripal e respiratória aguda grave. Além disso, o Brasil também receberá investimento público no valor de 1,5 bilhão no programa VigiAr SUS, que visará garantir o correto armazenamento e distribuição das vacinas.

Quanto à vacina de Oxford, havia possibilidade de entrega das 15 milhões de doses até o fim do ano, mas a farmacêutica já informou que só deverá entregar as vacinas no início de 2021.

Em 30 de novembro, o Brasil presencia um crescimento de pacientes internados com doenças de acometimento respiratório.

Após os resultados animadores da Vacina de Oxford/ASTRAZENECA, a Fundação Oswaldo Cruz, parceira de fabricação da vacina, aumentou sua meta de vacinação, antes de 100 milhões de pessoas em 2021, para 130 milhões.

15 DE NOVEMBRO DE 2020: Recorde mundial de mortes por covid-19. Pela primeira vez, 11 mil mortes diárias foram registradas. Para ser mais preciso, 11.002 mortes no dia 4 de novembro e 11.617 no dia 11 de novembro.

O Brasil encontra-se na fase 3 de testes com a Vacina CoronaVac, e a morte de um dos voluntários fez a Anvisa suspender temporariamente os testes com a vacina. Entretanto, estes foram logo retomados após apuração dos dados do caso pela agência.

Logo no início do mês de dezembro, finalmente o governo brasileiro apresentou o rascunho do plano de vacinação. Este será realizado em quatro etapas, que irão variar de acordo com os grupos priorizados.

Na primeira fase, os profissionais da saúde, idosos com mais de 75 anos, ou com mais de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência, e a população indígena, serão prioridade para receber a vacina.

Segundo Daniel de Souza Campos, estamos diante da maior crise sanitária mundial da nossa época, e é preciso também assegurar que a proteção social de mulheres e homens em situação de vulnerabilidade social estejam no centro das respostas dos governos frente a urgência vital dos sociais da pandemia. Não podemos esquecer que as consequências da covid-19 são agravadas de acordo com a renda, a localização, o gênero e a raça/cor das pessoas.

Na segunda fase, idosos com idade entre 60 e 74 anos, na terceira fase, indivíduos com risco de doença grave, como portadores de doenças cardiovasculares ou renais e, por fim, na quarta fase, os professores, profissionais da área de salvamento e força de segurança, funcionários do sistema prisional e população privada de liberdade.

O governo de São Paulo chegou a anunciar a data de início de vacinação para a população paulista para o dia 25 de Janeiro e 2001.

No plano, profissionais de saúde, idosos com mais de 60 anos, indígenas e quilombolas compõem o grupo prioritário da campanha, com estimativa de 9 milhões de paulistas vacinados.

Após as festas de final de ano, o Brasil registrou a 3ª. Maior alta no número de óbitos por covid-19.

No dia 08 de Janeiro, um pedido de autorização para uso emergencial da vacina CORONAVAC foi feito à ANVISA. No dia 12, os resultados com os testes da CORONAVAC foram divulgados. A vacina foi testada em 12.508 voluntários profissionais de saúde.

Novas variantes do vírus SARS-CoV-2 foram identificadas no Reino Unido e África do Sul, e preocupa os especialistas, pois se mostraram mais contagiosas.

No Brasil, na cidade de Manaus, uma nova variante também foi encontrada, denominada de P, 1, sendo identificada também em brasileiros em viagem para o Japão.

A cidade de Manaus vive um momento extremamente delicado, com falta de suprimentos e superlotação em hospitais públicos e privados.

A falta de oxigênio se tornou crítica e fez a secretaria de saúde requisitar que 17 empresas fornecessem o gás na modalidade de requisição administrativa, devido à incapacidade dos principais fornecedores suprirem a demanda local.

O início da segunda quinzena de Janeiro foi marcado por uma decisão importantíssima para o País. A ANVISA concedeu aprovação para uso emergencial de duas vacinas, a Corona-Vac e a Vacina de Oxford.

Finalmente esse momento tão esperado chegou. Um dia seguinte após a aprovação, que aconteceu no dia 17 de Janeiro, aviões da força aérea brasileira já decolavam para distribuir as vacinas pelo País e, na mesma semana, cada estado já iniciava a campanha de vacinação.

A previsão é que a Fio Cruz produza 100 milhões de doses da vacina de Oxford até o primeiro semestre de 2021, e mais 100 milhões até o fim do ano.

Já o Instituto Butantan pretende produzir 86 milhões de doses da Corona-Vac até o fim do ano.

O Brasil segue em campanha de vacinação, no mês de fevereiro até o presente momento, 49,34% das doses recebidas pelos estados já foram aplicadas. Isto significa que

5.756.502 brasileiros já receberam ao menos uma dose da vacina. A segunda dose da vacina já foi aplicada a 1.051.406 brasileiros.

O Ministério da saúde negocia com produtores de vacina da Rússia e Índia, responsáveis pelas vacinas Sputnik V e Covaxin, respectivamente, para que as vacinas sejam disponibilizadas aqui no Brasil.

Mas, vale lembrar que as vacinas ainda não receberam aprovação para uso emergencial pela ANVISA.

Em 15 de março, o médico Marcelo Queiroga foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para ser o novo ministro da saúde, no lugar do general Eduardo Pazuello. A troca acontece no pior momento da pandemia de covid-19 no Brasil. Pazuello ficou nove meses na posição, período em que defendeu testamento precoce contra covid-19 e, também quando aconteceram crises de abastecimento de oxigênio em Manaus e a lentidão no programa de vacinação do país.

O Brasil ultrapassou a marca de 2 mil mortos por covid-19. Nesta data foram registradas 2.349 vidas perdidas por causa do novo coronavírus é o maior número desde o começo da pandemia.

De acordo com a Fiocruz, o Brasil vive o maior colapso hospitalar de sua história, com 24 estados e o Distrito Federal com taxas de ocupação de leitos de UTI para pacientes adultos com covid-19 no Sistema Único de Saúde, iguais ou superiores a 80%, 15 estados estão com ocupação acima de 90%.

Em abril, mais de 4 mil mortes por covid-19 no Brasil.

A América Latina e o Caribe ultrapassaram a marca de 800 mil mortes pela covid-19.

Até esta data, também foram mais de 25 milhões de infectados, segundo balanço da agência de notícias AFP e números da Organização Mundial da Saúde. O Brasil concentra mais de 41% de todas as mortes na região. No mundo, apenas os Estados Unidos, com 551 mil mortes, superaram o Brasil em número absoluto de mortes, diz a OMS.

Mais de 350 mil mortes por covid-19 no Brasil.

O projeto Coronavírus Brasil listou a evolução de mortes confirmadas por covid-19 ao longo deste um ano de pandemia.

Tabela 2 - Linha do tempo da covid-19 no Brasil

08/08/20	100.000	Mortes Confirmadas
10/10/20	150.000	Mortes Confirmadas
07/01/21	200.000	Mortes Confirmadas
25/02/21	250.000	Mortes Confirmadas
24/03/21	300.000	Mortes Confirmadas
10/04/21	350.000	Mortes Confirmadas

Fonte: Coronavírus Brasil (@CoronavírusBra1) April 10,2021

Em 27 de abril, o Senado instalou a CPI da covid-19, Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar ações e omissões do governo federal e eventuais desvios de verbas federais enviadas aos estados para o enfrentamento da pandemia. A comissão visa ouvir autoridades, ex-ministros, executivos de empresas de saúde e outras pessoas relacionadas à gestão da pandemia.

No mês de maio, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro identificou uma nova variante do coronavírus em circulação no estado. A cepa foi chamada de P.1.2. por se tratar de uma alteração ocorrida na linhagem P.1. que surgiu em Manaus. Ainda não se sabe se a P.1.2. é mais letal ou mais transmissível. Vacina da Astrazeneca suspensa para grávidas.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) emitiu nota técnica recomendando a suspensão da vacina Oxford/ASTRAZENECA para grávidas. A bula da vacina, como lembra a agência, não inclui esse grupo entre os indicados para a imunização.

Mais de 425 mil mortes no Brasil ocorreram.

2.1. A Pandemia em Campos dos Goytacazes:

A Prefeitura Municipal de Campos comunica à população através do Portal, assim os dados da covid-19 vão sendo atualizados.

No boletim desta segunda-feira (30), estão registrados 11.063 casos confirmados de covid-19 no município e 9.097 recuperados. Os números refletem dados da covid-19 no município desde o início da pandemia. Outros 11.066 casos foram descartados e total de 469 óbitos registrados.

O Departamento de Vigilância em Saúde informa que continuam sendo divulgados os casos confirmados de covid-19 registrados nos laboratórios em meses anteriores - somado às notificações concentradas na Vigilância em Saúde do Município (unidades de saúde e testes realizados pela Prefeitura) além da testagem itinerante no ônibus e testes rápidos de empresa particular. Além disso, a Prefeitura vem realizando os testes agendados via aplicativo Dados Bem cujas notificações seguem acontecendo diariamente.

O município voltou para fase amarela - do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais – fase 3. A orientação é que a população mantenha os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%, além de manter o distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações.

Tabela 3 - Boletim Coronavírus - 30/11/2020

Confirmados	11.063
Recuperados	9.097
Descartados	11.066
Óbitos Confirmados	469
Síndrome Gripal	28.010
Síndrome Respiratória Aguda Grave	178

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=59384

Dados divulgados no sábado (02/01), pela Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância Sanitária e Promoção em Saúde informam que nas últimas 24 horas foram registrados 3 novos casos de coronavírus em Campos e 1 óbito, de homem de 64 anos com doença renal crônica.

Desde o início da pandemia, o município registrou 13.779 casos confirmados de Covid-19 e 530 óbitos e outros 12.655 casos foram descartados. A Prefeitura vem realizando testes agendados via aplicativo Dados Bem, cujas notificações seguem acontecendo diariamente. O município permanece na fase-3 (amarela), do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais.

A população deve seguir as recomendações e manter os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%, além de manter o distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações.

Tabela 4 - Boletim Coronavírus - 02/01/2021

Confirmados	13.779
Recuperados	11.473
Descartados	12.655
Óbitos Confirmados	530
Síndrome Gripal	35.094
Síndrome Respiratória Aguda Grave	2.394

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=60103

O ônibus itinerante da covid-19 estará nesta segunda-feira (08) na localidade de Quilombo, no Imbé. O atendimento, através de distribuição de senha, ocorre das 9h às 15h e o resultado sairá das 15h às 17h do mesmo dia.

A testagem itinerante é diária e segue cronograma pré-estabelecido pela Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde. Os dias de atendimento são divulgados

no Portal Oficial e nas redes sociais do município.

O atendimento no ônibus itinerante retomou no dia 13 de janeiro e já passou pelo Plaza Shopping, em Guarus, e pelas Unidades Pré-Hospitalares São José, do Farol de São Thomé, de Travessão, Ururaí e de Guarus, Lagoa de Cima, Eldorado, São Sebastião, Parque Cidade Luz, Espinho, Conceição do Imbé, Quilombo, Centro, Pecuária. Até agora já foram realizados 5.478 testes.

No dia em que o Quilombo de Conceição do Imbé recebeu a primeira dose da vacina, com 176 imunizados. Desde o início da pandemia o município registrou 23.885 confirmados de covid-19 e 21.581 recuperados.

O município de Campos divulgou nesta quinta-feira-feira (01) 80 mais novos casos confirmados da covid-19 e 10 mortes, sendo sete mulheres e três homens. Desde o início da pandemia o município registrou 23.885 confirmados de covid-19 e 21.581 recuperados.

O município está na Fase Vermelha, ou seja, nível 5 do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais.

A orientação da Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde é que a população deve seguir as recomendações de distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações, manter os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%.

Tabela 5 - Boletim Coronavírus – 01/04/2021

Confirmados	23.885
Recuperados	21.581
Óbitos Confirmados	853
Síndrome Gripal	66.882
Número de internações com Síndrome Respiratória Aguda Grave	3.169
Ocupação da UTI	100% na Rede SUS e Privada
Ocupação Clínica Médica	100% na Rede SUS e Privada
Fila de espera leitos Covid	33 pacientes

Total de vacinados até esta quinta-feira (01)	51.511
-----------------------------------------------	--------

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=60506

No dia em que o Quilombo de Conceição do Imbé recebeu a equipe da epidemiologia para imunizar mais 170 pessoas com a primeira dose da vacina, esteve presente a coordenadora do PAAQ, Lucimara Muniz.

O município de Campos divulgou nesta quarta-feira (07) 388 novos casos confirmados da covid-19 e 10 mortes nas últimas 24 horas.

Desde o início da pandemia, o município registrou 24.801 casos confirmados de Covid-19 e 21.873 recuperados.

O município está na Fase Vermelha, ou seja, nível 5 do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais.

A orientação da Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde é que a população deve seguir as recomendações de distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações, manter os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%.

Tabela 6 - Boletim Coronavírus – 07/04/2021

Confirmados	24.801
Recuperados	21.873
Óbitos Confirmados	910
Síndrome Gripal	67.501
Número de internações com Síndrome Respiratória Aguda Grave	3.290
Ocupação da UTI	97,81% na Rede SUS e Privada
Ocupação Clínica Médica	89% na Rede SUS e Privada
Fila de espera leitos Covid	42 pacientes
Total de vacinados até esta quinta-feira (07)	55.520

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61888

Dia em que foi realizada pela equipe da Epidemiologia a vacinação no Quilombo do Imbé, da segunda dose para 152 pessoas.

A Secretaria de Saúde informa que, das notificações compulsórias exportadas nesta quarta-feira (07), foram confirmados 231 novos casos. Ainda, segundo a secretaria, o sistema E-SUS permanece com lentidão para inserção de notificações, e tem passado por correções pelo DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde), de acordo com informações da Secretaria de Estado de Saúde. O município registrou 03 óbitos nas últimas 24 horas.

Desde o início da pandemia, o município registrou 35.634 casos confirmados de covid-19 e 47.759 recuperados que, incluindo os com Síndrome Gripal testada positivo para covid 19; recuperados de Síndrome Gripal não específica; e recuperados de Síndrome Aguda Grave positivos para covid-19.

O município encontra-se na Fase Verde, ou seja, nível 2 do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais. A orientação da Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde é que a população deve seguir as recomendações de distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações, manter os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%.

Tabela 7 - **Boletim Coronavírus – 07/07/2021**

Confirmados	35.634
Recuperados SG Covid	26.226
Recuperados SRAG	1.251
Recuperados SG Não Especificada	20.282
Total de recuperados	47.759
Óbitos Confirmados	1.426
Síndrome Gripal	105.202
Número de internações com Síndrome Respiratória Aguda Grave	4.984
Ocupação da UTI	50% na Rede SUS e Privada
Ocupação Clínica Médica	43,80% na Rede SUS e Privada

Fila de espera leitos Covid	05 pacientes
Total de vacinados até esta quinta-feira (07)	51.511
Primeira dose	189.006
Segunda dose	78.533

Fonte: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=63876 acessado em 04/12/21 as 19:49

Desde o início da pandemia, o município registrou 42.189 casos confirmados de covid-19 e 56.567 recuperados, 42.189 casos confirmados de covid-19 e 56.567 recuperados, incluindo os com Síndrome Gripal testados positivo para covid-19; Síndrome Gripal não específica e recuperados de Síndrome Aguda Grave positivos para covid-19.

O município encontra-se na Fase Amarela, ou seja, nível 3 do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais. A orientação da Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde é que a população siga as recomendações de distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações, mantendo os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%.

Tabela 8 - Boletim Coronavírus – 02/09/2021

Confirmados	42.189
Recuperados SG Covid	31.409
Recuperados SRAG	1.429
Recuperados SG Não Especificada	23.729
Total de recuperados	56.567
Óbitos Confirmados	1.599
Síndrome Gripal	125.122
Número de internações com Síndrome Respiratória Aguda Grave	5.509
Ocupação da UTI	65,59 % na Rede SUS e Privada

Ocupação Clínica Médica	98,29% na Rede SUS e Privada
Fila de espera leitos Covid	04 pacientes

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=66172

A Secretaria Municipal de Saúde informa que, devido à instabilidade no sistema e- SUS, não há atualização dos casos confirmados e recuperados neste sábado (13). A pasta vem convocando os estabelecimentos de saúde que atualizem os registros e lançamento de resultados, já que o sistema, notifica o e-SUS passou por uma reformulação em sua metodologia de registro de notificações. Com base nos dados colhidos nos cemitérios, não há registro de óbito nas últimas 24 horas.

O município encontra-se na Fase Verde, ou seja, Nível 2 do Plano de Retomada das Atividades Econômicas e Sociais. A orientação da Subsecretaria de Atenção Básica, Vigilância e Promoção da Saúde é que a população siga as recomendações de distanciamento social, evitando ambientes com aglomerações, mantendo os cuidados de prevenção, como lavar bem as mãos, usar máscara e álcool 70%.

Tabela 9 - Boletim Coronavírus – 13/11/2021

Confirmados	51.988
Recuperados SG Covid	1.595
Recuperados SRAG	42.117
Recuperados SG Não Especificada	24.566
Óbitos Confirmados	1.716
Síndrome Gripal	138.318
Número de internações com Síndrome Respiratória Aguda Grave	5.907

Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=66172

2.2. Políticas Públicas: Auxílio Emergencial

Para garantir o direito à vida e à saúde da população quilombola durante a pandemia, o Governo Federal criou um plano de ação. A previsão era investir R\$ 1,4 bilhão em ações para promoção de saúde e segurança alimentar das comunidades. A vacinação com investimento de R\$ 421 milhões, para 1,1 milhão de quilombolas acima de 18 anos.

Segundo Gláucia Alves e Luana Siqueira, o auxílio emergencial é de fato de extrema necessidade, mas sua demanda superou ao previsto no cadastro único, pois o corte de renda a princípio adotado não contemplava trabalhadores informais que conseguiam atingir a renda de um salário mínimo, tais quais eram previstos no Programa Bolsa Família. Outro fator importante é que o cadastro único pode ter sofrido importantes desatualizações pelos cortes dos usuários do PBF desde a admissão de Temer em 2006.

O auxílio emergencial, até dia 09/04/21, tinha repassado mais de R\$ 1 bilhão para mais de 197 mil pessoas beneficiárias do bolsa família e mais 68 mil pessoas inscritas no CadÚnico e não beneficiárias do bolsa família.

O plano prevê entrega de 440 mil cestas de alimentos, sendo que outras 70 mil já foram entregues, beneficiando 180 mil famílias, com investimento de R\$ 60 milhões. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve disponibilizar, para 260 mil estudantes alimentos, com recurso de R\$ 80 milhões. (Plano para enfrentamento à covid-19 em populações quilombolas, 2021).

Como medida de prevenção ao Covid-19, o IBGE disponibilizou no hotsite (covid-19 .ibge.gov.br) mapas e planilhas interativas, com dados das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas estão lutando por garantia de direitos como, cestas básicas, acesso à renda emergencial, água potável, assistência à saúde e social, itens de higienização, kit alimentação para estudante. (CRUZ, FERREIRA, et. al 2020)

A Câmara analisa Medida Provisória 1008/20, que abre crédito extraordinário de R\$ 228 milhões para o Ministério da Cidadania distribuir cestas básicas a povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas. O Relatório da Consultoria de Orçamento da Câmara mostra que em 2020 foram gastos somente R\$ 416,3 mil (0,21%) do total previsto com as 612.234 famílias que necessitavam. O mesmo estudo mostra que, até 17 de março de 2021, a execução subiu para R\$ 160,3 milhões (70%). (CONGRESSO EM FOCO, 2021)

Em 21 de maio de 2020, em São Paulo, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que instituiu auxílio emergencial no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045) mensal a famílias indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos das florestas,

enquanto perdurar o estado de emergência pelo novo coronavírus.

O texto aprovado prevê medidas para prevenir a disseminação da covid-19, por meio do Projeto de Lei 1142/20. As ações preveem garantir acesso universal à água potável; distribuição gratuita de material de higiene, limpeza e desinfecção de superfícies; acesso a testes rápidos, medicamentos e equipamentos para identificar doenças; profissionais de saúde com equipamentos de proteção individual; e controle de acesso às terras indígenas para evitar a propagação da doença. Quanto aos quilombolas, incluem-se aqueles que estejam fora das comunidades em razão de estudo, atividades acadêmicas, tratamento de sua própria saúde ou de familiares.

De acordo com o texto, todos os grupos devem ser considerados de extrema vulnerabilidade e as medidas devem levar em consideração a organização social, a língua, os costumes, as tradições e o direito à territorialidade. (câmara aprova auxilio)

Em 16 de junho de 2020, o Senado aprova o Auxílio Emergencial.

Em 07 de julho de 2020, foi publicada a Lei de número 14.021 que: dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos de comunidades tradicionais para o enfrentamento à covid-19; e altera a Lei n 8.080. de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

É ressaltado no capítulo I, Art.2 Os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os pescadores artesanais e os demais povos e comunidades tradicionais serão considerados como grupo em situação de extrema vulnerabilidade e, portanto, de alto risco e destinatários de ações relacionadas ao enfrentamento de emergências epidêmicas e pandêmicas. (LEI 14021).

2.2.1. Quilombo no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA):

O Quipea tem como objetivo, desenvolver ações de Educação Ambiental com as comunidades quilombolas presentes na Bacia de Campos, para fortalecer suas lutas por respeito, reconhecimento e garantia de direitos de cidadania, principalmente o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e o direito de existir como quilombo.

Participam do projeto 21 comunidades remanescentes de quilombos certificados pela Fundação Palmares e que estão presentes em 8 municípios na região da área de influência dos

empreendimentos da Shell: Araruama/RJ, Cabo Frio/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Quissamã/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ (nas comunidades Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé), São Francisco do Itabapoana/RJ, Presidente Kennedy/ES e Itapemirim/ES.

As atividades do Quipea se iniciaram em 2010 e em 2016 o projeto entrou na fase 3 (promover a autonomia das comunidades quilombolas, por meio de ações que fortaleçam a participação comunitária). O Quipea é executado pela Ambiente Engenharia e Consultoria, sob a responsabilidade da Shell Brasil.

A Bacia de Campos faz limite com outras duas bacias sedimentares e é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil, o que significa uma produção média diária de mais de um milhão e duzentos mil barris.

O licenciamento ambiental dessas atividades teve início no final dos anos 1990, assim, 20 anos depois da indústria de petróleo na Bacia de Campos, respaldado por uma legislação específica, que permitiu ao IBAMA exigir das empresas de petróleo a realização de projetos com o objetivo de prevenir, mitigar, monitorar e compensar impactos ambientais e sociais produzidos por essa indústria.

Inicialmente denominado PEA Shell, o Quipea é uma resposta à linha de ação A, definida pela nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10, que propõe a organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento. Depois de conhecer quais grupos eram os mais afetados pelas atividades de exploração/produção de petróleo e gás natural, a Shell decidiu pelas ações educativas as Comunidades Quilombolas,

um território ocupado pelo trabalho escravo, pelo fato de serem bem afetadas por impactos de migração interna, ocupação desordenada do solo urbano, grande fluxo de pessoas em busca de emprego e renda gerados pela indústria do petróleo. Visa ao fortalecimento de cada uma das comunidades quilombolas que participam do projeto, incentivando e promovendo articulações entre elas, e conquistas importantes de espaços de participação e acesso às políticas públicas. (www.quipea.com.br e www.shell.com.br/quipea)

Em abril de 2020, o Quipea anuncia Estratégias de Ação para a covid-19. Neste novo cenário, a equipe adotou o trabalho remoto e vem desenvolvendo estratégias de comunicação com as comunidades quilombolas. A ação “Quipea na luta contra o Coronavírus”, uma campanha de sensibilização pelo monitoramento dos impactos da pandemia nas comunidades em o projeto atua. Compartilhar informações sobre a pandemia e cuidados necessários para sua prevenção, nos canais de comunicação do projeto. (COVID -19 Estratégia de ação)

A atuação no quilombo do Imbé, segundo relatos da população se limitou a entrega de

um kit de higiene com máscara, sabonete e álcool em gel.

Única assistência que tiveram em termos de higiene, um kit por ano. Embora o projeto fosse destinado a uma assistência ambiental, ajudou-os com higiene durante a epidemia Atribuição que não era deles. Com o fechamento da ubss, a população ficou desassistida.

2.2.2. Projeto de Assistência aos Assentados e Quilombolas (PAAQ):

O PAAQ foi criado em 2010 e tem como objetivo de garantir o acesso dessa população aos serviços de saúde. Campos foi o primeiro município de estado do Rio de Janeiro a implementar um programa direcionado especificamente a essas famílias.

A secretaria de saúde de Campos têm dado apoio à coordenação do PAAQ, em 2021 foram realizadas oito ações de saúde nas comunidades.

Em 05 de abril de 2021, a coordenação do PAAQ, presidida pela Sra. Celeste Gomes, se reuniu com os representantes dos Quilombos de Aleluia, Batatal e Cambucá, tendo seu representante o Sr. Paulo Honorato, Quilombo de Conceição do Imbé com seu representante Sr. Edson Rocha e os Quilombos de Sossego e Lagoa Feia representados por Sra. Maria de Lourdes e Sra. Katia Regina. No Quilombo de Custodópolis, o Sr. Rodrigo Amaro estava presente. A pauta foi a organização do processo e calendário da imunização para a covid-19.

O Calendário oficial: 07/04 – Conceição do Imbé

08/04 – Aleluia, Batatal e Cambucá (Associação)

09/04 – Aleluia, Batatal e Cambucá (Associação)

12/04 - Custodópolis (Campo do Grêmio)

13/04 - Custodópolis (Campos do Grêmio)

14/04 - Lagoa Feia/Sossego (Em frente à Escola Municipal Maria Antonia Trindade.

15/04 - Lagoa Feia/Sossego (Em frente à Escola Municipal Maria Antonia Trindade).

(Definido calendário de vacina)

A vacina, no Quilombo de Conceição do Imbé, teve seu início no dia 01 de abril de 2021, na Unidade Básica de Saúde local, com 167 pessoas vacinadas. Estiveram presentes na ação a coordenadora do PAAQ, Celeste Gomes, o Subsecretário da Igualdade Racial Gilberto Totinho e a representante da CONAQ Lucimara Muniz.

No dia 07 de abril, a equipe de epidemiologia voltou ao Quilombo para cumprir o calendário acordado e vacinaram mais 170 pessoas.

No dia 30 de abril, a equipe retorna ao Imbé para imunizar mais 21 pessoas. Em todas as ações, foram dadas a primeira dose da vacina Astrazeneca.

A segunda dose da vacina Astrazeneca foi realizada no Quilombo de Conceição do Imbé, no dia 07 de julho, dentro de um ônibus intinerante. Foram administradas 152 doses.

No mês de novembro, dia 17, foi realizada uma ação de saúde, da qual pude participar de forma direta na organização e atuando como dentista na ação de saúde coletiva bucal. Foram administradas 57 vacinas, correspondente à segunda dose.

Durante o segundo semestre de 2021, foram realizadas 8 Ações de Saúde em parceria com a Epidemiologia, Saúde da Mulher, Odontologia, Pediatria, Médico Clínico e levantamentos de serviço cultural.

Segue a programação: 06/10 – Assentamento de Cafuringa

15/10 – Cambaiba/Cícero Guedes

21/10 – Oziel 1 e 2

27/10 – Aleluia do Imbé

17/11 – Conceição do Imbé

20/11 – Praça São Salvador

30/11 – Sossego

21/12 – Cafuringa

Dados fornecidos pela coordenação do PAAQ

Por fazer parte da equipe odontológica do PAAQ, tive a oportunidade de atuar trabalhando atendo as crianças de 6 meses a 12 anos, com procedimentos de orientação em saúde bucal, escovação orientada, flúor, extrações e palestras.

As comunidades são muito carentes e o acesso aos serviços de saúde é precário até mesmo pela distância em que se encontram.



Figura 4 - - Ação comunitária do PAAQ. em Conceição do Imbé
 Fonte: próprio autor.



Figura 5 - Agente comunitária de saúde Rosemara
 Fonte: próprio autor.

Apenas receberam vacina itinerante. Prefeitura entrou depois com o paak para vacinar pessoas.

2.2.3. Vacina

No censo de 2021, o IBGE vai identificar a população quilombola pela primeira vez.

Segundo dados preliminares do órgão, as 5.972 localidades quilombolas estão presentes em 1.672 municípios brasileiros. De acordo com Fernando Damasceno, gerente de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas do IBGE, “o órgão resolveu antecipar os dados a pedido de diversos setores da sociedade, preocupados com o avanço do novo coronavírus sobre os povos tradicionais. Ele afirma que a antecipação vai permitir o desenvolvimento de políticas, planos e logísticas para o combate à doença junto a essas comunidades”. (FOLHA VITÓRIA, 2020)

A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos- CONAQ, publicou em 6 de agosto de 2021, a situação de como a vacina estava chegando nas comunidades quilombolas em todo o Brasil. Fatos relevantes mostram a dificuldade encontrada, dessa população ser contemplada pela vacina de forma justa e natural.

Observações relatadas nos quilombos:

- Foram registrados 6 conflitos com governos municipais que não aceitaram quilombolas como grupo prioritário para a vacinação.
- Houve casos em que a vacinação só iniciou após acionamento da justiça.
- Houve casos de racismo vivenciados desde a fase inicial de diálogo com representantes do poder público municipal, para a realização do planejamento da vacinação, até sua efetiva realização, nas comunidades ou nas unidades de saúde. Há relatos de que quilombolas tiveram sua identidade questionada pelos agentes de saúde e que optaram por não vacinar com receio de criminalização.
- Registro de dificuldades no acesso às informações compreensíveis, e divulgação insuficiente sobre como a vacinação aconteceria nos quilombos.

Critério para vacinação, nesse sentido, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, proferiu importante decisão alargando o entendimento de que o direito a vacinar vincula-se à condição e à identidade de quilombola e não apenas ao território. Determinou assim, que a vacinação deveria abranger quilombolas que residissem fora do território.

O CONAQ defende que o território é um elemento central para a existência das comunidades quilombolas, mas os residentes fora do território por motivos diversos, como trabalho, precisam ser considerados como integrantes do grupo prioritário de vacinação.

Quilombo que ainda não conseguiram regularizar o território por atraso do Estado, foram prejudicadas nessa prioridade e essa falha é usada como critério para negar o acesso à políticas públicas, segundo o vacinômetro quilombola 1 edição de 2021, do CONAQ.

Segundo o observatório da Covid-19, nos quilombos, a invisibilidade da doença em territórios quilombolas revela uma situação dramática, que não tem recebido a atenção devida as autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Parte do problema é a

ausência de dados epidemiológicos para populações quilombolas e subnotificações de casos. Em 18/08/21 foram registrados 5602 casos confirmados com covid-19 e 297 óbitos.

Em 29 de setembro de 2021, o CONAQ publicou o resultado de um levantamento realizado em 28 de julho a 19 de setembro de 2021, sobre o processo de vacinação nos quilombos, que mesmo sendo considerado um grupo prioritário por parte do governo federal através do Plano Nacional de Operalização, a vacinação está lenta.

Sobre os problemas relatados, a vacina não chegou a todos os quilombos, a má condição das estradas dificultou o acesso das equipes, as datas do início da vacinação não foram anunciadas com antecedência, falta de documentação de alguns quilombolas impediu a vacinação, muitos foram vacinados pelo critério de faixa etária, o atendimento domiciliar previsto no plano não aconteceu em muitos casos. Municípios que não estavam na lista do IBGE, não receberam vacina destinada à população quilombola como prioridade. Dificuldade de completarem o processo de imunização com a segunda dose.

Dificuldades criadas pelos municípios: inscrição do CadÚnico como critério de vacinação, não reconhecimento da identidade quilombola mesmo com o certificado da Fundação Cultural Palmares, negativa em territórios sem certificado mesmo sendo autodeclarado nos termos da Convenção número 169, da OIT.

Segundo Hilton e Givânia Silva, 2021, a situação de vulnerabilidade histórica a que estão submetidos as populações quilombolas pelo país, faz com que estas sejam especialmente atingidas pelos efeitos da pandemia. O racismo estrutural tem levado grande parte do patrimônio e memórias negras através das mortes dos idosos.

De acordo com a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu) e o Núcleo Sacaca da UFOPA, já contabilizava um terço das mortes no Brasil entre as comunidades negras rurais e como não há testagem adequada ou sistema de registro oficial, os casos de mortes quilombolas não notificados são de difícil contabilização.

Ainda segundo Hilton e Givânia, a situação tem se agravado pela precariedade da Atenção Primária e mínima cobertura da Estratégia Saúde da Família Quilombola. Essas pessoas estão no grupo de risco para covid-19, o que aumenta sua chance de morrer ao ter que buscar serviços de saúde nas áreas urbanas. Como agravante, uma pesquisa recente da ABRASCO mostrou redução de Agente Comunitário de Saúde no municípios durante a pandemia, sendo que estes são a única fonte de serviços de saúde pra muitos quilombolas. Na década dos afrodescendentes da ONU (2015-2024), cabe destacar que, mais de 132 anos após a abolição da escravidão, as populações quilombolas continuam a clamar por justiça.

CAPÍTULO III

3. A EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO E A LUTA DAS MULHERES QUILOMBOLAS EM TEMPO DE PANDEMIA. O QUE SE DEVE ENTENDER POR ISOLAMENTO SOCIAL?

Entender quem são essas mulheres e quais suas vivências, mulheres negras de origem familiar rural e de povos tradicionais de remanescentes quilombolas. De conhecimento tradicional religioso e tratamentos e curas através do uso de plantas medicinais. Usam o conhecimento da natureza para extrair seu alimento e disseminar a cultura. Se estruturam na família para cuidar e criar seus filhos, porém hoje se destacam no mercado de trabalho travam batalhas para garantir espaço em uma sociedade opressora e machista. Sua luta é diária, mas mesmo assim, não se intimidam e buscam na fé e na crença da base familiar, forças para vencer através do discurso coerente e do poder do trabalho.

Diante de um quadro de pandemia, no qual no dia 11 de março de 2020, a OMS decreta a pandemia do novo coronavírus, onze dias depois, a primeira mulher vítima da covid-19 morria no Brasil, era uma trabalhadora doméstica, de 63 anos, negra, hipertensa, diabética, trabalhava no Leblon (bairro da alta sociedade da cidade do Rio de Janeiro) e moradora de Miguel Pereira, cidade vizinha do Rio. (FREITAS,)

Mulheres que lutam contra o preconceito racial e se posicionam são provedoras e sustentam a casa, colocam comida na mesa. Algumas não podem viver o luxo de parar de trabalhar, mesmo diante de limitações físicas como a perda da visão devido a diabetes, momento em que o mundo parece ter caído na escuridão. Nessas situações, precisam se reinventar com as mãos, para continuarem a produzir o que as alimenta e traz sustento pra família: a tapioca vendida na feira, fabricada de forma artesanal, no fogão à lenha em linha de produção com a ajuda de toda a família.

Quando parecia perdido a esperança de retorno às atividades laborais o empreendedorismo surge não apenas como alternativa, mas também como única forma de sobrevivência. Com as próprias mãos, buscam, na areia e no cimento, forças para levantar cada tijolo de uma casa para transformar em um comércio (venda) e dali fazer seu ganha-pão, ou seja, vender salgado, sacolé, água de coco, açaí. Mais uma vez, uma mulher arregança as mangas diante de uma dificuldade e vai à luta, não se vitimiza diante das adversidades que a vida impõe.

Outras empresárias são responsáveis por um quadro de funcionários e regras trabalhistas, encargos e impostos. Elas se colocaram à frente da empresa no período de pandemia para que muitos não percam seus empregos. A Rocha do Imbé, água mineral, é uma empresa familiar, que emprega pessoas da região que dependem exclusivamente desse salário para sobreviver.

Todavia, há aquelas agricultoras que se mantêm do plantio de frutas, verduras, legumes, plantas medicinais e alguns animais como porcos, galinhas e patos. São rezadeiras e curandeiras, modestas diante de tantas transformações religiosas que aconteceram no território, hoje, dominado pela crença evangélica.

Há quem goste de contar história e tem no passado as suas memórias mais afetivas, que contam em tom de prosa lembranças que tem cheiro e cor. Mulheres mais velhas, que impressionam pela riqueza de detalhes e a forma como relatam seu passado, suas histórias em família.

Todas, apesar de inúmeras diferenças de idade e experiências de vida, amam o Imbé e não mudariam de lugar, mesmo com a falta de estrutura, de saneamento básico e poucas oportunidades de emprego. O lugar tem paz e a ausência de violência é um dos fatores que contribuem para que essa decisão seja tomada.

A luta das mulheres negras quilombolas sempre existiu, a primeira mulher negra eleita deputada estadual, em 1935, foi Antonieta de Barros, que teve um papel fundamental na história brasileira. Ela foi a primeira mulher negra a fazer parte da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, ocupando um espaço inusitado, em um período em que a Abolição da Escravidão ainda era recente. Jornalista, educadora e ativista, nasceu no dia 11 de julho de 1901. Trabalhou em defesa dos direitos das carinenses e da educação. (BRAGA, 2018)

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, aconteceu na cidade de Valença, RJ, entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988, contou com a presença de 450 mulheres negras de 19 estados. Vários Coletivos de mulheres negras na luta antirracista, e surgiu um novo movimento social, com reivindicações próprias, dando passagem a uma consciência política, cujas protagonistas, escancaravam as três contradições que estruturam a sociedade: patriarcado-capitalismo-racismo. (GONÇALVES, 2018) Discutem se políticas públicas ocorrem e se são democráticas

Em 2018, aconteceu O Encontro de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil aconteceu nos dias 6 e 9 de dezembro de 2018, em Goiânia, estado de Goiás. Cerca de mil ativistas do movimento de mulheres negras, fizeram-se presentes.

Advém das especificidades das pautas da mulher negra, em detrimento de políticas universalistas e da suposta igualdade dos movimentos negro e feminista, ao incluir as categorias “gênero” e “raça” na agenda. Ao se afirmarem enquanto sujeitos políticos, foi preciso às mulheres negras, como ressaltado por Sueli Carneiro, enegrecer o feminismo e politizar as desigualdades de gênero.

A norte-americana, pantera negra e filósofa Angela Davis argumentou sobre violência de gênero, combate ao sexismo, papel da mulher negra e importância de construção de novas lideranças. Conceição Evaristo, doutor em Literatura, um dos maiores nomes da literatura negra do Brasil, autografou suas obras durante o encontro. Marielle Franco, vereadora assassinada, foi lembrada por sua trajetória na luta pelo empoderamento feminino contra a violência de gênero.

A coordenadora executiva da CONAQ, Sandra Braga, também participou do evento em Goiânia e afirmou: “Foram debatidas pautas importantes para as mulheres negras, principalmente os espaços de poder. Esse diálogo foi necessário para levar voz às mulheres negras, uma verdadeira troca de saberes”.

3.1. As mulheres do Imbé e o cotidiano antes e durante a pandemia do coronavírus:

No período que antecede a pandemia do coronavírus, a região do Imbé sempre era uma área rural muito tranquila, onde o conceito de isolamento social era apenas um conceito de estar distante da cidade grande, ou seja, longe do centro de Campos. O convívio social sempre foi muito familiar por ser uma região que, historicamente, teve sua origem quilombola onde seus antepassados trabalhavam em fazendas da região que posteriormente se transformaram em usinas de cana-de-açúcar, que absorveram essa mão de obra escrava, dando início, ali, ao Quilombo de Conceição do Imbé. Tais famílias têm um contato muito próximo entre si.

“Chamamos de **isolamento social** o ato voluntário ou involuntário de manter um indivíduo **isolado do convívio** com outros indivíduos ou com a sociedade. O isolamento social voluntário é aquele em que a pessoa, por conta própria, afasta-se do grupo por diversas razões, como depressão ou sentimento de não identificação com ele. O isolamento social involuntário pode ocorrer por diversas questões, como a **guerra** (quando os civis são obrigados a isolarem-se em casa ou em abrigos por segurança); **questões sanitárias** (quando há uma epidemia que obrigue os indivíduos a isolarem-se para que não haja alastramento da doença); e por **crimes** (quando um criminoso é isolado da sociedade em um presídio para que ele não coloque-a em risco).

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantes pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições e das práticas culturais.

O cotidiano dos moradores do Imbé, em sua grande maioria, pode ser traduzido no cuidado da terra, do plantio e do gado. Como muitos moradores conquistaram o direito a terra, como propriedade, eles cultivam para uso próprio. A rotina começa muito cedo, para tirar leite da vaca, alimentar as galinhas, os porcos- tudo que requer cuidado. Geralmente, as mulheres ficam com a responsabilidade de preparar o café e a marmita para que seus maridos levem a comida para o trabalho na lavoura, quando trabalham nas terras de alguns fazendeiros locais. Cabe a elas, levarem as crianças para a escola e depois irem trabalhar na cidade ou ficarem em casa cuidando de seus afazeres domésticos que, muitas vezes, incluem a fabricação de doces caseiros e bolos para serem vendidos também na feira da roça, em Campos.

R. é mãe solteira de quatro filhos, Elaine de 30 anos, Vítor de 28 anos, Ewerson de 25 anos e Ramon de 21. Avó de 4 netos. Antes do isolamento, causado pela pandemia da covid-19, trabalhava na creche da comunidade. No momento ela está desempregada e contando, apenas, com o auxílio emergencial do Governo Federal.

Conhecida por preparar chás medicinais, não faz disso um serviço. Usa seu conhecimento apenas para ajudar a família e os amigos mais próximos. Nosso encontro aconteceu no ponto de ônibus, onde ela estava na companhia da agente comunitária de saúde, Mara, que fica na frente do campo de futebol, lugar mais central do Imbé. De forma muito acolhedora, fui convidada para ir à sua casa e conhecer suas plantas medicinais. A casa fica do lado do ponto de ônibus, na beira da estrada. O quintal é rico em plantação de frutas como morango, romã, laranja, banana, coco e animais como galinha, porco, pato, passarinho.

Conversamos um pouco, apresentamo-nos e ela autorizou que eu filmasse um pouco da história de sua vida, enquanto mulher quilombola. (Figura 6).



Figura 6 - R. com a agente comunitária de saúde

Fonte: próprio autor.



Figura 7 - R. , trabalha com plantas medicinais

Fonte: próprio autor.

O lugar é muito calmo, apesar do asfalto que corta a rua principal, a poeira é presente em todo o ambiente. A rotina começa com a preparação da comida, geralmente a roupa é lavada na mão, depois de ser quarada, ação que consiste basicamente em deixar as roupas de molho, com sabão, no sol. Assim, as manchas saem mais rápido e com menos esforço para depois serem penduradas no varal, dando um colorido típico de roça.

As famílias costumam se ajudar e ter papéis bem definidos - divisão de trabalho, não necessariamente feminino e masculino, até porque as mulheres fazem bastante trabalho braçal,

considerado pesado na lavoura, mas cada um sabe o que tem que fazer enquanto parte do núcleo familiar. Homens, no entanto, não tendem a fazer trabalhos domésticos. Membros das famílias se casam, novas gerações surgem como fruto desses relacionamentos matrimoniais e constroem anexos aos antigos imóveis no mesmo terreno. Assim vão se aglomerando e ficando perto de seus familiares.

Uma coisa típica feita por **R.** é o xarope de saião, língua de vaca, assa peixe, erva passarinho, erva lagartixa e romã. Tudo isso é plantado em seu quintal à disposição pra quem precisar fazer uso.

Uma preocupação da **R.** é o neto de 18 anos que recusou a vacina. Todos da família foram vacinados, com a prioridade por serem quilombolas. A primeira dose foi dada no posto de saúde e a segunda no ônibus itinerante. A sensação de segurança veio depois que a família e amigos foram vacinados e imunizados, diminuindo o risco de morte pela covid-19.

O que **R.** espera é que esse momento passe, para que a possibilidade de voltar ao trabalho possa ser realidade. Não existem muitas oportunidades de emprego no Imbé, e a falta da creche e da renda têm feito muita diferença no orçamento, principalmente sabendo que a ajuda do auxílio emergencial tem data para terminar.

Dona **J.**, de 65 anos, foi a segunda entrevistada, mãe de 8 filhos, avó de 14 netos, casada com **A.** Cheguei à sua casa acompanhada da agente comunitária de saúde, Mara. Seu terreno é na beira da estrada, onde fomos recepcionadas por vários cachorros e muita roupa colorida no varal.

Dona **J.** estava fazendo tapioca, na companhia da neta **K.** que ajudava a empilhar as tapiocas fritas, feitas pela avó. Não interrompemos o processo, porque elas estavam produzindo a tapioca para serem vendidas na feirinha da roça, em Campos que acontece toda sexta-feira, atrás do Terminal Rodoviário Roberto da Silveira. Além disso, o fogão à lenha estava aquecendo a chapa em um ambiente bem rústico e acolhedor.

Começamos a conversar de forma descontraída. Ela falava, sem parar de fazer as tapiocas de forma ágil e precisa, em um ritmo controlado pela experiência. A deficiência visual não foi um empecilho nem um motivo para parar de trabalhar. A família toda ajuda no processo de colheita da mandioca, no preparo da farinha e das tapiocas. A finalização é na venda, na feira e no centro da cidade.

Ela mora com a família no terreno no qual foi construída a casa própria. É filha de escravo livre, da localidade de Laranjeiras, primeiro quilombo próximo da região. Seus avós e pais migraram para o Imbé, no qual estabeleceram e fixaram moradia, pertencente à família

Honorato, em que o Paulo, que é primo, é o Presidente da Associação de moradores Aleluia, Cambucá e Batatal, outros quilombos próximos do Imbé. O responsável no Imbé é o Edson.

Todos da família foram vacinados contra a covid-19, mas dona J. foi diagnosticada com covid no ônibus itinerante, através do teste rápido. Com esse diagnóstico, foi para Campos, preocupada, mas sem sintomas. Na consulta com outro médico, fez outros exames e estava assintomática. De qualquer forma, tomou a medicação prescrita, mas não sentiu nada. Ninguém da família teve qualquer sintoma de covid-19. O maior desconforto pra ela é ter que ir para cidade por causa do uso da máscara, álcool gel e do distanciamento estabelecido. Os protocolos de segurança causam mais constrangimento, a ponto de impedir que ela tenha vontade de vender seus produtos. Por esse motivo, o marido e os netos ficaram por conta das vendas na cidade.

Começamos a conversar de forma leve. Ela falava, sem parar de fazer as tapiocas de forma ágil e precisa, em um ritmo controlado pela experiência. (Figura 8).



Figura 8 - Dona Joadelina Tapioqueira

Fonte: próprio autor

Mara havia me contado que ela era deficiente visual, e eu fiquei chocada com a habilidade dela em preparar as tapiocas sem se queimar e de forma tão organizada. O sorriso fácil e a facilidade de se comunicar são marcas dessa mulher que não desistiu diante das dificuldades.



Figura 9 - Confeção da tapioca

Fonte: próprio autor

Nossa caminhada no campo continuou e fomos conhecer a fábrica que engarrafa a água pura e cristalina da nascente Emanuel, das cachoeiras do Imbé, a empresa Rochas do Imbé.

A **E.** tem 28 anos, é solteira e cuida da parte administrativa da empresa que foi fundada pelo irmão, Jorge.

“Como eu estava falando no começo, a empresa daqui começou no final de 2019, quando nós terminamos todo o processo, a implementação de documentos e todas as questões burocráticas. Depois de três meses que tinha começado, entrou a pandemia.” Relatou **E.**

A pandemia mudou muito a rotina da empresa, porém não a ponto de fechar as portas, já que a água é um bem essencial a vida. O impacto foi intenso com a queda dos clientes. Com o fechamento do comércio, muitos funcionários tiveram que ser dispensados, mas a empresa conseguiu se manter de portas abertas com um número reduzido. O poder de compra de todos foram afetados, inclusive o dos empresários.

A família valoriza muito a questão alimentar, as plantas medicinais. Acreditam que essa tradição veio dos antepassados quilombolas. O Cantão, prato típico a base de banana, é muito comum no dia a dia da família. Ela acredita que o fato da alimentação ser muito saudável, sem agrotóxico, ajudou muito a população a não sofrer graves consequências da covid-19. Outra justificativa para a saúde dela seria o fato de ser vegetariana.

A família toda foi vacinada e protegida. Todos os funcionários também foram imunizados e receberam orientações de higiene e proteção individual e coletiva.

A bisavó era filha de escrava, que morava em Laranjeiras, onde tinham as árvores em

que os escravos eram acorrentados e açoitados. As marcas podiam ser vistas até bem pouco tempo atrás. A avó era escrava e casou com um italiano. A mistura de branco com negros originou a família delas. Ela e toda a família se autodeclararam negras.



Figura 10 - Empresa Rocha do Imbé
Fonte: próprio autor

Figura 11 - E. Empresaria
Fonte: próprio autor



Na entrada da empresa Rochas do Imbé, encontro um comércio, uma venda de salgados e sacolé. Ali está dona **D.** uma mulher de 46 anos, casada, mãe de 4 filhos, encontrou na pandemia uma oportunidade de vencer na vida e aproveitar o auxílio emergencial como uma fonte de renda para garantir um futuro promissor definitivo.

Muito simpática, conhecida por sua espontaneidade, sorridente, já oferecia sacolé e

salgado a todos. Não demorou muito, então, para contar em detalhes sua história de vida a mim.

Trabalhava como merendeira na escola e sempre fazia bolo e salgado pra vender, porém, como a escola era muito distante, saía de madrugada de casa. Resolveu, logo, pedir demissão e vender seus quitutes nos jogos de futebol na região . Vendia- os no Imbé e em Rio Preto. Por causa da pandemia, c o m tudo fechado , viu-se desesperada. Solicitou o auxílio emergencial e conseguiu R\$ 600,00 por mês. Era o que precisava para ter uma ideia brilhante. Decidiu comprar material de obra e fez, junto com a filha, quatro paredes, telhado e frente de uma lanchonete na entrada da fábrica de água. Era ali que paravam todos os caminhões com as entregas de garrafões para abastecer de água. Ela oferecia quentinha e

lanche para os motoristas e auxiliares. Todos chegavam com fome, pois o Imbé é longe do centro de Campos. A esperar para encher o caminhão podia demorar, então todos acabavam comendo alguma coisa, o que fez seu negócio prosperar. Até hoje, matém-se aberto e é o sustento da família. A própria comunidade passou a consumir e a prestigiar o comércio. Ela vende água de coco, açaí, sacolé de frutas, suco natural, salgados e quentinha.

A família também foi toda vacinada e não teve consequências da covid-19. Usaram o período de isolamento para fazer a obra e levantar a lanchonete. Então, não tiveram muito impacto proveniente do isolamento social. Receberam os kits de higiene e se cuidaram.

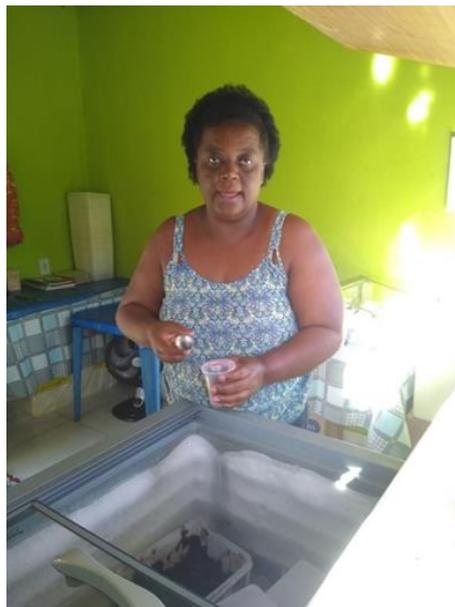


Figura 12 - D. Empreendedora

Fonte: próprio autor



Figura 13 - - Comércio de D.

Fonte: próprio autor

No dia 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia do novo coronavírus. Onze dias depois, a primeira mulher vítima da covid-19 morria no Brasil. Era uma trabalhadora doméstica de 63 anos, hipertensa, diabética. Trabalhava e morava em Miguel Pereira no Rio de Janeiro. A quarentena para toda a população carioca foi decretada pelo prefeito Marcelo Crivella (Republicanas) no mesmo dia e começaria a valer na terça-feira, dia seguinte ao 24 de março.

Necropolítica seria a reverberação da tomada de decisão sobre a soberania da morte de decidir quem deve viver e quem pode morrer, sendo o medo a condição de invisibilidade, de negação da não existência.

Com as recomendações para isolamento social em vigor, as desigualdades de raça, classe e gênero apresentaram-se gritantemente diante de nós. Quem pode fazer home office.? Quem pode comprar o básico para se manter em meio de uma crise econômica que se aprofunda cada dia. Quem pode seguir as regras de higienização constantes com água e sabão, uso de álcool gel e distanciamento dentro e entre moradias? Quem consegue atendimento adequado a tempo de evitar uma piora no quadro ou até a morte? A quem cabe a maior parcela dos cuidados com a casa e com os idosos e as crianças em meio à pandemia?

Como ainda não há evidências científicas de que a mortalidade em razão da infecção por covid-19 estaria associada à raça/cor, especialistas acreditam que outros fatores vinculados às desigualdades socioeconômicas e sociais, como falta de saneamento básico, condições precárias de moradia e alimentação deficiente poderiam agregar a letalidade entre a população negra. O menor acesso ao tratamento e a maior incidência de comorbidades

(hipertensão, diabetes, tuberculose, entre outras) poderiam contribuir significativamente para isso.

48% dos casos de covid-19, no primeiro mês da doença, no Brasil, foram entre pessoas de 20 a 39 anos aponta pesquisa. Um mês de coronavírus no Brasil: compare a situação do país como China, Itália, EUA, e Coreia do Sul no mesmo período da epidemia.

Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde. Covid-19: depois de internadas, negras têm mais chance de morrer do que brancos.

“Ser mulher quilombola é sinônimo de resistência. Significa carregar na identidade, no corpo, no cuidado com a família, na lida do campo ou na agitação do urbano uma história ancestral de muita dignidade” Assim, Nilma Lino Gomes apresenta mulheres quilombolas: território de existências negras femininas, organizado por Selma dos Santos Dealdina. (AMARANTES, 2020)

Segundo Carlidia Pereira de Almeida, quilombo pode ser definido de várias maneiras, e a história do seu conceito “é controversa entre a população afro descendentes”, uma vez que “cada quilombo é diferente do outro e não há necessidade de fixar categorias estáticas, devido ao processo de reconhecimento da própria comunidade. Muitas definições de quilombo, “São comunidades que travam diariamente o embate pelo direito à terra e ao território, bem como por políticas públicas específicas, das quais foram sistematicamente privadas devido ao racismo do estado”, como lembra De Almeida. (AMARANTES, 2020)

Os quilombos representam também, de acordo com Selma dos Santos Dealdina, “um projeto de partilha, de viver em comunidade, de construção de território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial a terras”.

Nessas comunidades as mulheres exercem um papel fundamental, pois são elas que transmitem oralmente seus valores culturais, sociais, educacionais e políticos para os mais jovens, ou seja, entre outras funções, cabe a elas serem as guardiãs da pluralidade de conhecimento que são praticados nos territórios quilombola, como se lê no ensaio assinado por Givânia Maria da Silva, 2020.

Poemas, “Povo Negro”, de Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, cujos versos enfatizam a luta pelo território, que é comum às comunidades quilombolas, já que, ao longo dos séculos, vêm sendo privadas de suas terras: “O povo negro é trabalhador/é pescador para sua família alimentar./O povo negro quer terra para morar, / quer terra para plantar, mas não tem lugar”. (AMARANTES,2020)

Poema, “Mulheres da Amazônia”, “negras, indígenas, pescadoras./As lavadeiras, as parteiras e as benzedadeiras”, que não conheciam seus direitos, mais agora conhecem e

conseguiram avançar em todas as áreas, como bem se pode observar nas biografias das estudiosas que assinam os textos desta antologia. (AMARANTES, 2020)

A força das mulheres negras não significa que elas possam suportar tudo, “inclusive a violação de direitos fundamentais como educação, saúde, oportunidades de trabalho digno, etc.”, como enfatiza Maria Aparecida Mendes. (AMARANTES, 2020)

“Logo que a pandemia da covid-19 chegou ao Brasil, chegou aos quilombos”, disse Givânia Silva, integrante da Secretaria Executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq) e do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, da ONU Mulheres Brasil. Ela foi uma das 20 lideranças quilombolas, das 5 regiões do país, que participou de consulta com a ONU Mulheres Brasil, em junho, para identificar oportunidades de colaboração e atuação conjunta para avanço da agenda de direitos, tendo as mulheres em sua diversidade racial e étnica, entre elas as mulheres quilombolas.

Natural do Quilombo Conceição das Criolas, em Salgueiro, no estado de Pernambuco, Givania conta que o primeiro caso de quilombola com contágio ao novo coronavírus registrado no país foi na sua comunidade no mês de março.

Em abril a Conaq deu início à série de boletins epidemiológicos próprios para monitoramento das confirmações e suspeitas de contágios e óbitos decorrentes da covid-19. Em 1º de julho, foram confirmados 1206 contágios, 197 casos em suspeita de contaminação, 125 mortes e três óbitos com suspeita e sem confirmação de diagnóstico. O portal quilombo sem covide.org e plataforma da Conaq, criados para monitorar os casos por meio de mapa georreferenciado e notícias que vão desde mobilização e distribuição de sextas básicas à preservação da memória de quilombolas falecidas e falecidos pela covid-19.

Mulheres quilombolas e direitos - a realidade alterada pela pandemia provocou mais diálogo entre as mulheres e juventude quilombolas, além de uso das novas tecnologias, redes sociais e celulares para a comunicação. Falta de água e falhas na conexão com a internet em áreas remotas, onde estão localizadas as mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil em mais de 1.600 municípios são alguns dos obstáculos enfrentados.

Na agenda política das mulheres quilombolas, outro efeito da pandemia e o adiamento do II Encontro Nacional Das Mulheres Quilombolas da Conaq “Existir para resistir”.

Entre as jovens lideranças das mulheres quilombolas, está Juliana Vaez, do Quilombo Araçá-Cariacá, localizado nas imediações de Bom Jesus da Lapa na Bahia. Estudante de Serviço Social, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, durante a pandemia, ela se desdobra para apoiar o cadastramento de famílias para o acesso ao auxílio-emergencial do

governo federal e valor de R\$ 56,00 destinados a alunas e alunos da rede estadual.

Parcerias para governos locais- Lucimara Muniz, do quilombo Custodópolis, de Campos dos Goytacazes, do Rio de Janeiro, destacou a importância do “planejamento de políticas para as mulheres de governos estaduais e municipais e agenda de eleições , que pode gerar novos compromissos com os direitos das mulheres quilombolas”.

Em “Aprender, ensinar, e relações étnico-raciais no Brasil”, a autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, ciente das desigualdades e discriminações que atingem a população negra, convicta de sua função mediadora entre o estado, sistemas de ensino e demandas da população na sua diversidade social, étnico-racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei 10.639/2003 que introduziu na Lei 9394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a obrigatoriedade do ensino de histórias e cultura afro-brasileira e africana.

O processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompa com sentimentos de inferioridade e superioridade, desconsiderem-se julgamentos fundamentados em preconceitos, deixe-se de aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais.

Formem-se homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos.

A nação brasileira se projetou branca conforme mostram proposições e argumentos de Romero (1943) e Vianna (1938); por isto, explica Seyffert (2002, p.37), a migração europeia teve entre seus objetivos “o clareamento da população (que também significa ocidentalização), supondo-se que, num processo histórico de mestiçagem fossem prevalecer as características da “raça branca”.

É oportuno salientar que branquitude é o reconhecimento de que raça, como um jogo de valores, experiências vividas e identificações afetivas, define a sociedade. Já a raça é uma condição de indivíduo e é a identidade que faz aparecer, mais do que qualquer outra, a desigualdade humana. (grifo meu)

É claro que sentimentos e percepções de superioridade, inferioridade, relações de imposição e de submissão não se constroem primeiramente nas escolas. Relações sociais, de modo notável relações de trabalho, relações étnico-raciais fazem parte da vida das pessoas,

tanto pela vivência direta, quanto pela experiência de outros que as expõem em relatos, em recomendações.

A problemática da diversidade no Brasil, embora apareça nas discussões educacionais nos anos 1990, é antiga, empreendidas por indígenas, negros, sem – terra, empobrecidos, outros marginalizados pela sociedade (SILVA, 1993,2002; 2004).

O ocultamento da diversidade produz a imagem do brasileiro cordial, que trata a todos com igualdade, ignorando deliberadamente as suas nítidas e contundentes diferenças, imagem difundida desde os anos 30 nas obras de Freyre (1963) e nos anos 1950, reforçada pelas teses, argumentos, estudos entre outros de Cassiano Ricardo (1959).

Mas, é importante destacar que, entre as dificuldades, estão as relações que muitos de nós, docentes, mantemos com as administrações dos sistemas de ensino e também com nossos alunos. O mais sério é que pretendemos educar nossos alunos para serem cidadãos participativos e democráticos, capazes de combater discriminações e, não poucas vezes, não nos sentimos encorajados a combater as discriminações que se arremetem contra nós: condições de trabalho não favoráveis, baixos salários, desqualificação da profissão e da formação.

Somos oriundos de uma formação que atribui aos brancos e aos europeus a cultura que dizem clássica, pois permanecem no tempo, desconhecendo-se cultura dos povos não europeus que também têm permanecido no tempo.

Precisamos ultrapassar estereótipos, extinguir preconceitos e, como disse Senghor, em um dos seus poemas, proceder a uma “desintoxicação semântica”, isto é, redefinir termos e conceitos, por exemplo, no nosso caso do campo educacional, a começar por educação, aprender, ensinar, saber, educar, educar-se.

Precisamos, antes de tudo, prestar atenção nas formas e nos meios que nossos alunos utilizam para aprender. Se atentarmos para experiências educativas entre povos indígenas, quilombolas, e habitantes de outros territórios negros, veremos que não é somente com a inteligência que se tem acesso a conhecimentos. Que é com o corpo inteiro – ou o físico, a inteligência, os sentimentos, as emoções, a espiritualidade – que ensinamos e aprendemos, que descobrimos o mundo.

No Brasil, temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e asiáticos, sem medo das tensões, abertos a nossa diversidade, sem querer ninguém como o melhor ou superior.

3.1.1. Rotina da casa: relatos e fotos

Durante a pandemia, a localidade passou por dois momentos em sua rotina. O primeiro de isolamento domiciliar e o medo do desconhecido; o segundo, pós-vacina, de flexibilização e volta ao trabalho.

No primeiro momento, o Imbé foi tomado pela notícia de ter que fechar a escola, a Unidade Básica de Saúde e o comércio para a prevenção da covid-19 em março de 2020.

As informações não foram claras e a população ficou assustada, porém achou que seria por quinze dias ou no máximo um mês. À medida que o tempo foi passando, foram em busca do que estava realmente acontecendo: por quanto tempo iria durar, se a unidade de Saúde iria voltar a dar assistência à comunidade. O pouco que se sabia era por meio de grupo de whatsapp e de rádios locais.. Os vizinhos eram as fontes de informação mais frequente e passavam o que sabiam uns para os outros.

O medo foi generalizado, todavia o isolamento já era uma realidade do local, pois as casas são distantes entre elas, característica clássica de quem vive na área rural. Todos permaneceram em casa, atentos às notícias que chegavam diariamente. A grande maioria pôde consumir e se alimentar do que era produzido no próprio terreno e, assim, mantiveram-se sem ir à cidade durante o primeiro mês.

O QUIPEA foi o responsável por fornecer o kit de higiene e proteção pessoal para toda a população quilombola, porém, durante todo esse período, foi entregue um kit por família, contendo máscara, álcool em gel, sabonete, produto de limpeza, caixa de luva, instruções da importância do seu uso, orientações para lavar as mãos e evitar o contato próximo com pessoas idosas e o compartilhamento de utensílios domésticos como talheres e copos. Tudo que foi possível informar à população e garantir a proteção, naquele momento, foi oferecido pelo programa.

A Prefeitura de Campos, depois de ter fechado a UBS no dia 15 de março de 2020, não deu assistência à população. A unidade foi saqueada e permanece fechada até a presente data (fevereiro de 2022).

Nesse período, a circulação de pessoas diminuiu nas ruas, porque aqueles que trabalham, no centro da cidade, também não podiam sair; apenas os que trabalhavam em supermercados, farmácias, hospitais e estabelecimentos e que tiveram autorização para funcionarem durante esse período, por serem considerados de primeira necessidade puderam circular no local.

A empresa Rocha do Imbé, água mineral, foi a única que permaneceu aberta por se tratar de fornecimento de água engarrafada e por precisar abastecer o comércio que estava aberto em Campos e região.

Segundo a população, esse período foi difícil pela insegurança e pela falta de conhecimento da doença covid-19, suas consequências e possíveis sequelas. Na localidade não houve relato de morte em decorrência do coronavírus. Eles acreditam que o próprio isolamento ajudou e a alimentação saudável os tornou mais resistentes, devido a uma alimentação mais natural e sem o uso de agrotóxicos.

Aquelas que perderam seus empregos se viram obrigadas a solicitar o Auxílio Emergencial do Governo Federal, pedir ajuda a familiares e amigos. A dificuldade foi fazer as crianças estudarem de forma remota, sem computador. O Whatsapp se tornou o meio de comunicação mais usado e os grupos foram sendo formados para facilitar e viabilizar o contato dos professores com as crianças e as famílias. Assim as atividades eram passadas, para que as crianças fizessem as tarefas. Na opinião das mães, foram dois anos escolares muito prejudicados, praticamente perdidos em termos de produtividade de conteúdo didático, porém de mais contato familiar.

Houve um relato, de uma mãe, a G., que aproveitou esse tempo de pandemia pra levar os filhos pra conhecerem a cachoeira da região e lá tomar banho. As crianças brincaram muito nesse período e, são fatos como esses que fazem a população se apaixonar pelo lugar onde mora.



Figura 14 - Mariah Filha de G.

Fonte: próprio autor

A rotina da casa foi alterada, pois sem poder ir ao trabalho, todos permaneceram juntos em casa, em um ambiente de preocupação.

Segundo a ACS, Mara, “sobre a pandemia e ter que usar os EPIs, tudo foi muito complicado”. Logo no início, a preocupação com os mais velhos, porque era tudo muito novo.

Sem saber exatamente como funcionava. Na mídia e na TV, sempre falava-se dos idosos, tanto que a vacina foi prioritária, inicialmente para esse grupo social.

Antes era o desespero de pensar de que íamos todos morrer. Por ser uma comunidade quilombola somos todos muitos próximos, com uma família muito unida. Essa particularidade intensifica a preocupação coletiva. Na maioria das casas, há o avozinho que mora junto, os pais - um cuidando do outro. “Tínhamos essa preocupação.”



Figura 15 - Mara, agente comunitária de saúde, com Micaela
Fonte: próprio autor

3.1.2. Rotina do trabalho: relatos e fotos

O segundo momento foi marcado pelo início do processo de vacina no território. O calendário vacinal aconteceu em abril de 2021 com a primeira dose e, em julho de 2021, com a segunda dose da vacina. Foi ministrada em parceria do PAAQ com a Secretaria de Saúde.



Figura 16 - A ACS Mara em ação do PAAQ

Fonte: próprio autor

Depois de a população estar vacinada e mais informada sobre a pandemia e a covid- 19, a rotina começa a voltar aos poucos dentro do que é possível e autorizado pelas autoridades. O uso da máscara, na verdade, já não era adotado dentro do território. Desde meados de 2021, essa prática vinha sendo deixada, com excessão em reuniões e lugares fechados. O uso permanecia obrigatório em ônibus e estabelecimentos públicos fechados. Nasruas, o hábito não era mais aderido pela comunidade, assim como o álcool em gel também foi sendo esquecido com o tempo, à medida que o coronavírus foi se banalizando como uma gripe que não mais tinha potencial de causar a morte.

O fato é que poucos se contaminaram. Quando tiveram a doença, foi de forma assintomática. Porém não há como mensurar isso de maneira precisa por falta de uma política pública de saúde que fizesse testagem de forma assídua para monitorar e contabilizar os doentes. Não houve nenhuma morte registrada, por covid-19 de algum remanescente quilombola de Conceição do Imbé, até a presente data (Fevereiro 2022).

Esse quadro fez com que a população voltasse a conviver de forma normal entre eles, o comércio abrisse e os trabalhadores rurais voltassem para seus postos de trabalho sem muito questionamento. A situação se equalizou.

O que ficou foi o se desempreço, fruto da crise gerada no contexto da pandemia da covid-19, fazendo com que muitos ainda dependam do auxílio emergencial. O anseio é para a reabertura da UBS para que a população possa voltar a ter as consultas médicas de controle normalmente.

Para dona **Z.**, de 67 anos, neta de escrava, que trabalhava cortando cana na foice,

ajudando pedreiro, tirando leite de vaca, a rotina de hoje é mais tranquila na companhia dos filhos e netos. Mesmo na pandemia, com todas as dificuldades financeiras, por receber um salário mínimo por mês, ainda se considera privilegiada por seus familiares e ela não terem sofrido consequências graves da doença. **G.**, de 43 anos, filha de dona **Z.**, mãe de seta filhos, manteve sua família fazendo salgados e sorvete para vender na localidade. O marido trabalha fora e cabe a ela a função de cuidar da casa e dos filhos. Ela é uma apaixonada pelo Imbé e não trocaria o lugar por outro. Tem uma visão muito clara da importância da preservação da natureza como fonte de renda e alimento. Tudo é aproveitado, planta-se o que é consumido. Os alimentos que sobram e não são consumidos,

Geralmente, são doados e distribuídos entre familiares e amigos.



Figura 17 - Dona Z., Cozinheira
Fonte: próprio autor



Figura 18 - G., filha de dona Z.

Fonte: próprio autor

3.1.3. Na saúde:

A Unidade Básica de Saúde foi fechada em março de 2020 e, até o presente momento, fevereiro 2022, encontra-se fechada por falta de estrutura. Durante o período de pandemia, a população foi assistida pelo Programa de Assistência aos Assentamentos e Quilombolas (PAAQ) que, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Campos dos Goytacazes, com o setor da Epidemiologia, organizou a campanha de vacinação para a população.

A Unidade Básica de Saúde (UBS), apesar de não trabalhar no modelo Estratégia Saúde da Família, tem uma agente comunitária de saúde que cadastrou e mapeou todo o território, facilitando, assim, o acesso às informações para coleta de dados da pesquisa .

Um fator relevante é o cadastramento de casas pela ACS, por meio do Cadastro Domiciliar do Ministério da Saúde. Todas as mulheres que entrevistamos moram em residências próprias, têm luz elétrica, porém não têm saneamento básico. O uso mais comum é a fossa (escavação, ou grande câmara subterrânea, em que são despejados e acumulados dejetos, especialmente de casas não servidas por rede de esgoto.) O lixo é queimado, apesar de o caminhão de coleta passar de forma regular. Não há frequência do serviço suficiente para atingir as necessidades de toda a população.



Figura 19 - Coleta de lixo publica.

Fonte: Próprio autor

Conhecida como Mara, a agente comunitária de saúde, é a responsável por cadastrar as famílias, marcar as consultas na UBS, fazer busca ativa de hipertensos, diabéticos, gestantes, acamados, preencher cartão de vacina das crianças, adolescentes e adultos. Sempre atenta a todas as necessidades da comunidade, teve um papel fundamental no período da pandemia da covid-19, levando o máximo de informação que podia para sua população.

Segundo a Mara, uma grande dificuldade encontrada foi o uso do equipamento de proteção individual (EPI), a máscara, principalmente com os idosos, que no primeiro momento não se adaptaram ao uso contínuo dessa proteção.

A população ficou totalmente desassistida de cuidados médicos, deixando as gestantes sem o pré-natal, os hipertensos e diabéticos sem o monitoramento, os acamados sem assistência e pacientes que dependiam de curativo sem os cuidados devidos. Houve muita falha nas políticas públicas em relação à cobertura e proteção para a população de Conceição do Imbé. As crianças não tiveram o acompanhamento do pediatra, o que em vários momentos foi motivo de idas ao centro da cidade à procura de recurso no serviço público de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe encerrarmos com considerações a respeito das contribuições, limitações e possíveis desdobramentos do presente trabalho.

A primeira contribuição foi conhecer de “perto e de dentro” Magnani, (1984) a diversidade dessas mulheres, prova que, independente de ter estudo ou curso superior ou até mesmo uma renda financeira privilegiada, foi surpreendente. Muitas delas foram capazes de se mostrarem empreendedoras, chefes de famílias, líderes de empresas assim como de suas comunidades. Reinventaram-se em um momento em que não se tinham respostas, e nem por isso se vitimizaram. São mulheres fortes e nem por isso arrogantes, já que o sorriso largo faz parte do que todas têm em comum, além do desejo de nunca saírem de lá.

A cultura de povos tradicionais – quilombola- , realmente não foi o ponto mais visível, pois se perdeu no tempo, ficando na memória daquelas que passaram por ali e hoje deixaram saudade. Foram rezadeiras, parteiras e curandeira. Quilombo de Conceição do Imbé, um lugar de belas cachoeiras, um verde esmeralda brilhante em meio a uma natureza deslumbrante, porém, nada se compara à generosidade e beleza de se povo de origem quilombola.

As principais limitações foram o período da pandemia que afetou nossas idas regulares em campo, porquanto as mulheres do Imbé já estavam afastadas de serviços e transportes, em razão da pandemia. O que foi observado durante o processo de conhecimento e integração no campo foi que as mudanças que aconteceram durante o período de pandemiada covid-19, com as mulheres que participaram da pesquisa, na comunidade de remanescentes quilombolas de conceição do Imbé, foram transformações em suas rotinas que, para algumas, deixaram consequências definitivas.

A ausência da rotina escolar para as crianças foi um fator de grande impacto, que causou perda intelectual pela falta de conteúdo ministrado de forma adequada e de uma frequência da disponibilização de materiais para aprendizagem. Eles voltaram, dois anos depois, para aula presencial, em 2022, sem amparo da escola para sanar as dificuldades referentes ao ensino, acentuadas no período da pandemia. ,

O desemprego, gerado pelo desdobramento do fechamento do comércio, causou momentos de angústia, fazendo do auxílio emergencial uma forma de manter a subsistência familiar. Outro impacto relevante que causa prejuízo até os dias atuais e maior reclamação da comunidade é ,sem dúvida, a diminuição da circulação do transporte público, que limitou o acesso da população ao centro de Campos, para trabalhar, ir ao banco- receber e pagar contas-

, ir ao médico, considerando a imensa falta que a Unidade Básica de Saúde faz, deixando as gestantes sem o pré-natal adequado, as crianças sem o acompanhamento da pediatria, hipertensos, diabéticos e acamados sem tratamento. A UBS se encontra sem previsão de abertura.

A relação com a doença covid-19, foi apreensiva no início da pandemia, pela falta de informação e pelo medo que gerou com possibilidade de morte entre os idosos. Com o tempo, essa tensão, no território, foi sendo substituída pela expectativa da vacina, responsável por minimizar o problema. Não foi registrado óbito na população residente de conceição do Imbé, em consequência da covid-19. Esse fato deixa a comunidade mais tranquila. Alguns foram contaminados, mas passaram pela doença de forma leve, como foi relatado.

O isolamento não foi a maior dificuldade que a comunidade enfrentou. Apesar de muitos terem idosos em suas casas, as famílias já moravam juntas e raramente alguém saía para comprar alguma coisa fora ou mesmo no centro da cidade. Quando fazia, respeitava os protocolos de segurança do Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gláucia Lelis e SIQUEIRA, Luana de Sousa. Em tempos de Pandemia. Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. **Escola se Serviço Social da UERJ**. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 10 Projeto neo liberal, coronavirus e auxilio emergencial: o desmonte da assistência social, pág. 78 e 81

AMARANTES, Dirce. Revista Cult.uol.com.br/home/as-vozes-de mulheres quilombolas Acessado em 18/12/2020. (**Mulhers quilombolas: territórios de existências negras feminins**. Org. Selma dos Asantos Dealdina.

ARENZ, Karl Heinz. O primeiro quilombo reconhecido: A comunidade Boa Vista e os Missionários do Verbo Divino no Alto Trombetas em ORIXIMINÁ, Pará, 2018 – DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.d4.pp.5678>. Acesso em Novembro 2021.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: **antropolgia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BEZERRA, Juliana. **Navios Negreiros**, 2018 Disponível em: <http://www.todamateria.com.br/navios-negreiros/> Acesso em: 07/11/21as 16:55.

BEZERRA, Juliana. **Adura Militar no Brasil (1964-1985)**. Disponível em: <http://www.todamateria.com.br/ditadura-militar-no-brasil/> Acesso em: 13/11/2021 as 19:41.

BRETAS, Tatiana. **Em tempos de Pandemia**. Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Escola se Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 1 Defender a vida é preciso, a economia não pag. 11 e 13.

CAMPOS, Daniel de Souza. **Em tempos de Pandemia. Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Escola se Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 9 O Cadastro Único na pandemia do coronavírus: panorama da (des)proteção social, pág.68

CAPITAL, Carta. Texto. Pec. 215 é aprovada em comissão da Camara. Quais os proximos passos?Publicada em 2/10/2015 <http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-2015-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quais-os-proximos-passos-6520>. Acessadaem janeiro de 2022

CONAQ – SOUZA, Barbara Oliveira. UNB. Texto: Movimento Quilombola: **Reflexõesobre seus aspectos politicos /organizativos e identitários**. Publicado <http://conaq.org.br/noss-historia/> Quem somos . acessado em14/11/21 as 09:17

CONGRESSO EM FOCO – <https://congressoemfoco.oul.com.br/area/governo/camara-discute-auxilio-para-indigenas-e-quilombolas/> acessado em 30/11/2021 as 17:00

CORDEIRO, Edson. **Quilombolas de Campos tomam posse no CONAQ**. Em Belem, 2017. Campos.rj.gov.br/exibirnoticias.php?id_npticia=40020748 acessado em setembro de 2021.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à Republica**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

FELIPE, Jéssica. – Texto Quilombolas reconhecidos em Campos/RJ http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/06/geral/1221205-quilombolas-reconhecidos-em-campos.html acessado em 12/10/21 as 10:10

FOLHA VITORIA, 2020 – IBGE antecipa base de dados sobre indígenas e quilombolas para facilitar enfrentamento de pandemia <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/05/2020/ibge-antecipa-base-de-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas-para-facilitar-enfrentamento-a-covid-19> acessado em 27/08/21 as 13:00

FREITAS, Viviane Gonçalves. Recista v5a2/**As mulheres negras e a pandemia do coronavírus** – Revista www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/as-mulheres-negras-e-a-pandemia-do-coronavirus?postd=5ftb6994o9829400175705a3

G1. Texto: **O que é o marco temporal sobre terras indígenas:** entenda o que está em jogo no julgamento do STF – Publicado em 27/08/2021 as 15:49 no site <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/o-que-e-o-marco-temporal-sobre-terras-indigenas-entenda-o-que-esta-em-jogo-no-julgamento-do-stf.ghtml> acessado em 14/11/21 as 9:38

GALDINO, Manoel. Direção Executiva – Transparência Brasil – **Direito à Terra Quilombola em risco:** Reconhecimento de Territórios tem baixa histórica no Governo Bolsonaro abril/21

GOUVÊA, Marina Machado. **Em tempos de Pandemia. Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais.** Escola se Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 2 A culpa da crise não é do vírus, pag 23

GONÇALVES, Renata. **Trinta anos de I Encontro Nacional de Mulheres Negras:** uma articulação de gênero, raça e classe. [https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46646v.22n.40\(2018\):130anosdaebolição-cativeiroacabou?](https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46646v.22n.40(2018):130anosdaebolição-cativeiroacabou?) Acessado em 13/11/21 as 19:59

GUARANY, Alzira M. B. **Em tempos de Pandemia. Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais.** Escola se Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 3 O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e a desproteção social no Brasil contemporâneo, pag. 32

HENRIQUES, Leandro. 2010 **Comunidades quilombolas de campos dos Goytacazes, reconhecidas pela fundação palmares.** Disponível em: <http://institutohistoriar.blogspot.com/search?q=Comunidades+quilombolas+de+campos+dos+Goytacazes%2C+reconhecidas+pela+funda%C3%A7%C3%A3o+palmares>. Acessado em 08/01/22 as 18:08

HISTÓRIA, **Só "História dos quilombos" em Só História.** Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2022. Consultado em 01/03/2022 às 16:28. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p2.php>

JULGAMENTO de **ação contra titulação de terras quilombolas** está marcado para outubro, 2004 - <https://cpisp.org.br/julgamento-de-acao-contra-titulacao-de-terras-quilombolas-esta-marcado-para-outubro/acessado> em 15/11/21 as 19:01

[https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/menos-de-7-territorios-quilombolas-reconhecidos-tem-titulo-de-propriedade/Litoral Norte/Costa Doce do Estado do Rio de Janeiro, 1999](https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/menos-de-7-territorios-quilombolas-reconhecidos-tem-titulo-de-propriedade/Litoral_Norte/Costa_Doce_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro,1999). Disponível em: <http://coseac.uff.br/cidades/camposantigas.HTM>, Acesso em: 08/12/21.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: **a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 1999.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. In: **Revista USP**, n.28, São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, A. Entrevistas; SCHMITER, P. Interest. **Diário Oficial, Rio** (04/11/31, 14/11/32); Manhã, Rio (06/08/35); <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-negra-brasileira> Acesso em 08/11/21 as 21:34.

NASCIMENTO, Beatriz 1985, p.41 documentário “**O negro da senzala ao soul**”, produzido pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, em 1977. <https://terrasedireitos.org.br/noticias/noticias/capacidade-organizativa-e-trajetoria-de-luta-pelo-direito-a-terra-resistem-nos-quilombos-da-atualidade/22598>

NASCIMENTO, Libania F. Fernandes et al. **Educação quilombola e as comunidades do Imbé**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. IFF. Instituto Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes: julho 2016.

NEGREIRO, O Tráfico. Empresa Municipal de Múltiplos Ltda. MultiRio Secretaria Municipal de Educação Prefeitura do Rio de Janeiro. http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/traf_negreiro.html acessado em 01/03/2022 11:01

NEVES, Daniel. 2001 **Quilombo dos Palmares** – História do Brasil – <https://brasilecola.uol.com.br/historia/quilombo-dos-palmares.htm> - acessado em novembro de 2021.

OLIVEIRA, Wilson José Ferrira. Texto resenha do ARRUTI, José Maurício. Mocambo: **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

PAIXÃO, Mayara, Rádio documentário. **O movimento negro e a constituição de 1988: Uma revolução em andamento**. De 21 de Janeiro de 2019. Acessado em 01/03/22 às 16:02hs. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento>

PLANO PARA ENFRENTAMENTO à **Covid-19 em populações quilombolas**, 2021. (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/plano-destina-r-1-4-bi-para-enfrentamento-a-covid-19-em-populacoes-quilombolas#:~:text=Mais%20de%201%20mil%20lideran%C3%A7as,5%20mil%20comunidades>)

PEC, 2015 <https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-215-e-aprovada-em-comissao->

da-camara-quais-os-proximos-passos-6520/.

PYL, Bianca – **20 anos de reconhecimento dos quilombos**. Publicado em 02/12/2015 <https://diplomatie.org.br/primeira-titulacao-de-terra-quilombola-no-brasil-completa-20-anos/> acessado em 13/11/21 as 20:06

QUIPEA – Covid-19: Estratégias de ação do Quipea – **Quilombos no Projeto de Educação ambiental** – <http://www.pea-bc.ibp.org.br/?view=exibe-noticia&id=399> publicado em 20/04/20 acessado em 30/11/21 as 19:54

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.28, p.14-39, dez./fev. 1995, 1996.

SECRETO, María Verónica. Soltando-se das mãos: **liberdades dos escravos na América espanhola**. In: Azevedo, Cecília; Raminelli, Ronald. *Histórias das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, pp. 135-159.

SILVA, Bruno Isaias da. 2008 Texto publicado no <https://www.infoescola.com/historia/ciclo-da-cana-de-acucar/> acessado em março de 2022.

SILVA, Givânia da. 2021. **Mulheres Quilombolas relatam desafios na Covid-19 e apresentam agenda de mobilização por direitos à ONU Mulheres**. Publicado em 07/07/2020 <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-relatam-desafios-na-covid-19-e-apresentam-agenda-de-mobilizacao-por-direitos-a-onu-mulheres/>

SILVA, Mossiclaia Mendes da. Em tempos de Pandemia. **Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Escola de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2020, Capítulo 8 Sistema único de assistência social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial do contexto da pandemia, pág 64

SILVA, Shirley da; SILVA, Vandeir José da. **Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil**. Revista Mosaico, v.7, n2, p. 191-200, jul/dez; 2014.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. **Negros e territórios quilombolas no Brasil**, 2012. DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-0247.2012.v3n1.p23-37> <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2339>

SOUZA, Matheus. Menos de 7% dos **territórios quilombolas** reconhecidos têm títulos de propriedade. Publicado em 14/08/2019 <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/menos-de-7-territorios-quilombolas-reconhecidos-tem-titulo-de-propriedade/> acessado em 08/01/22 as 17:34

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018, <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749028916>

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. <http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial> Acesso em: 07/11/21 as 17:22.

ANEXO I: Instrumentos de coletas de dados

Roteiro de entrevista com as mulheres da comunidade do quilombo do Imbé.Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Sexo:

Endereço:

Raça/cor:

Situação profissional:

Renda:

TEMAS PARA ABORDAR

1. A ORIGEM DO ENTREVISTADO

- Nasceu no Imbé? (Se não: Onde?)
- Quando veio morar no Imbé? E por quê?
- Mora na mesma casa com a família?

2. A FAMÍLIA, O COTIDIANO, O TRABALHO E A ROTINA NA PANDEMIA

- É casada? Quantos filhos?
- Qual o seu trabalho? E do seu marido? Seus filhos estudam ou trabalham?
- Quem da família tem parentesco com escravos? É membro de algum povo ou comunidade tradicional? Qual?
- Que tradições foram passadas pelas gerações?
- Como são as casas na comunidade do quilombo do Imbé? Qual é o tipo de domicílio? O tipo de acesso? O material predominante na construção das paredes externas?
- Como é o abastecimento de água? A água para consumo?
- A forma de escoamento do banheiro?
- O destino do lixo?
- Os animais no domicílio?
- Como era a vida na comunidade antes da pandemia do covid-19?
- Como ficou a vida na comunidade durante a pandemia do covid-19?
- Qual o conceito de isolamento social?
- Qual o reflexo das Políticas Públicas na comunidade? As consequências do fechamento da UBS?

- Como o covid-19 afetou a comunidade? Muitos foram infectados? Muitos morreram? Como foi a adaptação aos equipamentos de proteção individuais?
- O acesso à vacina foi igual para todos?
- Qual foi a ação do QUIPEA na comunidade?
- De que forma o PAAQ atuou na comunidade?

Trajetória e vida de 20 mulheres.

Ouvir o relato de como essas mulheres chegaram no quilombo, sua infância, se tem familiares na comunidade.

O que elas entendem da história do quilombo e de seus antepassados, sua lutas históricas. Se o período no quilombo foi interrompido em algum momento.

A condição de vida no território.

Como o território se apresenta a moradia, a distância entre as casas, o centro da comunidade e a área urbana e o meio de transporte coletivo.

Se dentro do planejamento de posse foram dados nomes nas ruas, como está o endereço, com placas de sinalização.

Como está a questão de saneamento básico com os cuidados do lixo, água potável e esgoto.

Questão saúde física e mental no convívio durante a pandemia.

Como era a rotina antes da pandemia, que mudanças ocorreram durante o período da pandemia.

Os protocolos de higiene como foram adotados pela família.

Se há entendimento do que significa a pandemia e qual seu impacto na vida cotidiana. Que acesso foi permitido às unidades básicas de saúde para a população.

Que Políticas Públicas foram eficazes na comunidade.

ANEXO II: Quadro esquemático das mulheres entrevistadas no Imbé.

Tabela 10 - Entrevista 1º dia

Nome	R. 19 anos
Data	29/05/2020
Meio	WhatsApp
Raça/cor	Negra
Situação profissional	Desempregada por causa da pandemia
Renda atual	Auxílio emergencial
Origem	Imbé
Casada	Sim
Filhos	1
Descendente de escravo	Neta e bisneta de escravos
Membro de Comunidade tradicional	Sim Católica
Tradição	Cantão, sopa de banana verde e usa plantas medicinais.
Acesso Domicílio	Pavimento .
Tipo Domicílio	Casa. Mora de favor na casa da cunhada.
Material das paredes externas	Alvenaria com revestimento.
Abastecimento de água	Poço
Água para consumo	Filtrada
Escoamento sanitário	Fossa
Destino do lixo	Queimado
Vacina covid-19	Tomou todas as doses.

Fonte: próprio autor

Tabela 11 - Entrevistas 2º dia

Nome	R. 55 anos	J. 65 anos	Ed. 76 anos	El. 28 anos	D. 46 anos
Data	27/07/2021	27/07/2021	27/07/2021	27/07/2021	27/07/2021
Meio	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Raça/cor	Negra	Negra	Negra	Negra	Negra
Situação profissional	Desempregada por causa da pandemia	Tapioqueira	Tapioqueira	Administradora De Empresa	Comerciante
Renda atual	Auxílio emergencial	Aposentadoria	Aposentadoria	Salário	Auxílio emergencial
Origem	Imbé	Imbé	Imbé	Imbé	Imbé
Casada	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Filhos	Quatro	Oito	Um	Não	Quatro
Descendente de escravo	Sim Bisneta	Sim, neta e bisneta	Sim, neta e bisneta	Sim Bisneta	Sim Bisneta
Membro de Comunidade tradicional	Sim católica	Sim católica	Sim católica	Sim Adventista	Sim Adventista
Tradição	Plantas medicinais	Plantas medicinais e cantão			

Acesso Domicílio	Pavimentoso	Pavimentoso	Pavimentoso	Pavimentoso	Pavimentoso
Tipo Domicílio	Casa	Casa	Casa	Casa	Casa
Material das paredes externas	Alvenaria com revestimento				
Abastecimento de água	Encanada e poço	poço	poço	Encanada	poço
Água para consumo	Filtrada	Fervida	Fervida	Filtrada	Filtrada
Escoamento sanitário	Fossa	Fossa	Fossa	Fossa	Fossa
Destino do lixo	Queimado	Coletado	coletado	coletado	Queimado
Vacina covid-19	Todas as doses				

Fonte: próprio autor

Tabela 12 - Entrevistas 3º dia

Nome	Z. 67 anos	G. 43 anos	B. 63 anos	R.
Data	28/07/2021	28/07/2021	28/07/2021	28/07/2021
Meio	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Raça/cor	Negra	Negra	Negra	Negra
Situação profissional	Aposentada	Desempregada	Aposentada	Agente comunitária
Renda atual	Aposentadoria	Renda informal	Aposentadoria	Salário
Origem	Imbé	Imbé	Imbé	Imbé
Casada	Sim	Sim	Sim	Não
Filhos	sete	sete	Tres	Dois
Descendente de escravo	Sim neta	Sim bisneta	Sim bisneta	Sim bisneta
Membro de Comunidade tradicional	Sim católica	Sim católica	Sim adventista	Sim adventista
Tradição	Plantas medicinais	Plantas medicinais e cantão	Plantas medicinais e cantão	Plantas medicinais e cantão
Acesso Domicílio	Pavimentoso	Chão batido	Chão batido	Chão batido
Tipo Domicílio	Casa	Casa	Casa	Casa
Material das paredes externas	Alvenaria com revestimento	Alvenaria com revestimento	Alvenaria com revestimento	Alvenaria com revestimento
Abastecimento de água	poço	poço	Encanada e poço	Encanada e poço
Água para consumo	Filtrada	Filtrada	Filtrada	Filtrada
Escoamento sanitário	Fossa	Fossa	Fossa	Fossa
Destino do lixo	Queimado	Queimado	Queimado	Queimado
Vacina covid-19	Todas as doses	Todas as doses	Todas as doses	Todas as doses

Fonte: próprio autor

ANEXO III: Fichas

Cadastro

Domiciliar

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Cadastro_Domiciliar_e_Territorial.pdf

Cadastro Individual

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Cadastro_Individual.pdf**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa: “Vivência das mulheres do quilombo do Imbé em tempo de pandemia do covid-19 ” sob a responsabilidade do pesquisador: Micaela Albertini Pereira Gomes, com o objetivo de compreender o momento atual.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam gerar subsídios para a reflexão do momento de dificuldade para contribuir com a comunidade científica na investigação do tema. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas que será gravada. Após a transcrição, as mesmas serão apagadas. Se depois de consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador na Rua Tenente Coronel Cardoso, n.º 663, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.035-042, pelo telefone (22) 992840081 ou poderá contatar o Programa de Pós-Graduação Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no prédio do Centro de Ciências do Homem no endereço citado acima.

Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. Data: ____/____/____

_____/ 2021.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E NOME

Neste,ato _____, nacionalidade
_____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade

RGnº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº

_____, residente à Avenida Rua

_____, nº. _____, município

_____, Estado _____, AUTORIZO o uso de minha imagem em

todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada na divulgação do Projeto “ Vivência das mulheres do quilombo do Imbé em tempo de pandemia do Covid-19.” e em apresentações de Trabalhos em Congressos e artigos científicos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo o território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, de _____ de _____.(assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato: